



Processo nº: 42.964/09 (04 volumes e 14 anexos).

Origem: Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal – Sejus/DF.

Assunto: Auditoria de Regularidade. Conversão em TCE.

Ementa: Auditoria de Regularidade levada a efeito na Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal – Sejus/DF, em razão do item “4-b” da Decisão Plenária nº 8.025/09 (S.O. nº 4.313, de 15.12.09). Serviços de locação e manutenção do Programa Na Hora e manutenção de equipamentos de informática prestados pela empresa Adler Assessoramento Empresarial e Representações Ltda. sem cobertura contratual. Índícios de irregularidades nos pagamentos. Contratação em desacordo com a legislação de regência. Preços não conformes aos valores de mercado. Decisão nº 5.583/10: abertura de prazo para oitiva da empresa Adler e da Sejus/DF; audiência de responsáveis para apresentação de razões de justificativa, ante a possibilidade de aplicação de sanções; conversão dos autos em Tomada de Contas Especial – TCE, com citação dos envolvidos e da empresa Adler para apresentar defesa ou recolher o prejuízo apontado; determinação ao Exmo. Governador do DF; emissão de alerta. Sustentações orais realizadas em 28.08.12. Juntada de memoriais. **Nesta fase:** exame das justificativas e defesas juntadas aos autos, em face da Decisão nº 5.583/10. Equipe da força-tarefa propõe: a procedência das justificativas apresentadas, com extensão da conclusão ao responsável silente; o acolhimento das defesas prestadas; a revelia de outro responsável, aplicando-se a conclusão a que chegar a unidade técnica acerca da defesa ofertada pela empresa Adler quanto ao débito identificado; determinação à Sejus/DF; e o envio de cópia da decisão aos interessados e à Sejus/DF. Unidade técnica manifesta-se pela improcedência da defesa ofertada pela empresa Adler, pugnando pela imputação de débito ao responsável revel, aplicação de penalidades e cientificação do envolvido e da firma para recolherem o débito apurado. MPJTCDF considera improcedentes as justificativas apresentadas, propondo a aplicação de penalidades, bem como a cientificação dos envolvidos para recolhimento do débito. VOTO convergente com a equipe da força-tarefa e com a área instrutiva, com acréscimos e ajustes.

RELATÓRIO

Tratam os autos do exame do Relatório de Auditoria nº 11/10 (fls. 66/102), realizada na Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal – Sejus/DF, a fim de verificar a regularidade dos atos administrativos relacionados aos pagamentos efetuados à empresa Adler – Assessoramento Empresarial e Representações Ltda., no período de jan/07 a jan/10, constantes dos Processos nºs 400.000.599/07, 400.001.529/09 e 400.000.398/09, relativos aos serviços de Locação e Manutenção de Rede Elétrica e Lógica vinculados ao Programa Na Hora.

Na Sessão Ordinária nº 4.383, de 21.10.10, esta Corte de Contas prolatou a **Decisão nº 5.583/10** (151/152), nestes termos:



I. tomar conhecimento:

a. da auditoria de regularidade realizada no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do DF (Sejus/DF), em razão do item '4-b' da Decisão Plenária nº 8.025/09, versando sobre procedimento de fiscalização especial com vista à apuração da matéria objeto do Inquérito nº 650/DF, relacionado à Operação Caixa de Pandora, consubstanciada no **Relatório de Auditoria nº 11/10** (fls. 66/102);

b. dos documentos acostados às fls. 1/65;

c. dos Anexos I (pesquisa de preços e outros documentos), II (cópia de peças do Processo nº 400.000.599/07 - Sejus/DF) e III (cópia de peças dos Processos nºs 400.001.529/09 e 400.000.398/09 - apenso) juntados aos autos;

d. do Parecer nº 1126/2010-DA (fls. 106/120);

II. em homenagem ao princípio do contraditório e da ampla defesa, conceder o prazo de 15 (quinze) dias à empresa Adler - Assessoramento Empresarial e Representações Ltda. e à Sejus/DF, para que, querendo, se manifestem acerca das seguintes impropriedades apontadas no Relatório de Auditoria nº 11/10, alertando-as quanto à necessidade de comprovação das alegações, afirmações e conclusões que forem produzidas:

a. serviços prestados sem cobertura contratual pela empresa Adler - Assessoramento Empresarial e Representações Ltda. à Sejus/DF, conforme constam dos Processos nºs 400.000.599/2007, 400.001.529/2009 e 400.000.398/09, relativos aos serviços de Locação e Manutenção de Rede Elétrica e Lógica vinculada ao programa Na Hora;

b. atos autorizadores de pagamento de despesas, decorrentes de flagrante afronta aos comandos legais previstos na Lei de Licitações e Contratos e na Lei nº 4.320/64, presentes no Processo nº 400.000.599/07 da Sejus/DF, vistos às fls. 89-Anexo II (janeiro/07 a setembro/07 - R\$ 648.814,50), às fls. 276-Anexo II (outubro/07 a dezembro/07 - R\$ 225.464,40) e fls. 279-Anexo II (janeiro/08 a outubro/08 - R\$ 1.626.166,85), bem como no Processo nº 400.001.529/09, visto às fls. 125-Anexo III e 127-Anexo III (novembro/08 a dezembro/08 - R\$ 66.799,52);

III. determinar a audiência dos senhores nominados:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

e-DOC F1B01A41

Fl.: 933

Proc.:42964/09

Rubrica

a. no item 2.1.1.6¹ - Responsabilização (Achado de Auditoria nº 1) do Relatório de Auditoria nº 11/10, com vistas à aplicação da multa prevista no inciso II, art. 57, da Lei Complementar nº 1, de 09.05.94, bem como da inabilitação prevista no art. 60 da mesma Lei, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem razões de justificativa frente aos fatos narrados no item 2.1.1.2² - Análises e Evidências do citado Relatório, alertando-os da necessidade de comprovação das alegações, afirmações e conclusões que forem produzidas;

b. no item 2.2.1.6³ - Responsabilização (Achado de Auditoria nº 2) do Relatório de Auditoria nº 11/10, com vistas à aplicação das multas previstas nos incisos II, III e IV, art. 57 da Lei Complementar nº 1, de 09.05.94, conforme descrito no próprio item 2.2.1.6 e, em face da gravidade da situação

¹ **a)** o Sr. **ANTONIO TEMOTEO DOS ANJOS SOBRINHO** (de 12/01/07 a 07/06/07 e de 10/04/08 a 15/09/08), o Sr. **JAIR CÂNDIDO DA SILVA** (de 08/06/07 a 30/07/2007), o Sr. **PAULO CÉSAR CHAGAS** (de 31/07/07 a 17/10/07), a Sra. **SUELI APARECIDA DE ALMEIDA CASELLA** (de 18/10/07 a 09/04/08) (fls. 63/65), Chefes da Unidade de Administração Geral até a assinatura do Contrato nº 28/08 (SEJUS x B2BR) em 07/07/08, cujas atribuições estabelecidas no art. 161 do Decreto Distrital nº 28.212, de 16/08/07, (Republicado no DODF de 26/11/07), deles exigiam que perseguissem a formalização do contrato; **b)** o Sr. **LUIZ CLÁUDIO FREIRE DE SOUZA FRANÇA** – Diretor Geral do Serviço de Atendimento Imediato ao Cidadão – NA HORA à época (fl. 262** e 80***), cuja “Justificativa Quanto à Permanência da Empresa sem Cobertura Contratual”, vista às fls. 237**/239** e 55***/57***, foi omissa com relação à necessidade da celebração de contrato; **c)** o Sr. **RAIMUNDO DA SILVA RIBEIRO NETO** - Secretário de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania Geral de 01/01/07 a 05/08/08, portanto até a assinatura do Contrato nº 28/08 (SEJUS x B2BR) em 07/07/08, cuja competência originária dele exigia que perseguisse a formalização do contrato.

² **Achado de Auditoria nº 1** - A prestação dos serviços examinados ocorreu sem a devida cobertura contratual durante um período de aproximadamente um ano e meio.

³ **I - Sr. LUIZ CLÁUDIO FREIRE DE SOUZA FRANÇA** – Diretor Geral do Serviço de Atendimento Imediato ao Cidadão – NA HORA à época (fl. 262**), em razão das atribuições estabelecidas no inciso IV, art. 149 do Decreto Distrital nº 28.212, de 16/08/07, (Republicado no DODF de 26/11/07) e das atribuições previstas no Art. 13 do Decreto Distrital nº 16.098/94 (Executor de Contrato): **a. não observância aos comandos legais presentes na Lei nº 4.320/64, no que diz respeito à etapa da liquidação da despesa**, em especial o item III, art. 2º, art. 63, não existindo nos processos examinados, quaisquer documentos (ex. Ordens de Serviço), indicando o momento da entrada e saída dos bens locados nas unidades do Na Hora, nem tampouco as manutenções realizadas nestes equipamentos, em razão de possíveis defeitos ou problemas ocorridos; **(inciso II Art. 57 da LOTCDF); b. não observância ao princípio básico de segregação de funções, em virtude da concentração do atesto e reconhecimento de serviços prestados em seis localidades diferentes por um único servidor** (Diretor Geral do NA HORA à época) (fls. 95**, 63**, 65**, 67/73**, 149**, 151**, 153**, 155/162**, 190/199** e 201/204**, bem como 81/102***, 104***, 106***, 117***, 147***) **(inciso II Art. 57 da LOTCDF) e c. emissão de atestos das notas fiscais muito tempo após a suposta execução dos serviços, dificultando a conferência física e as condições de funcionamento e de manutenção dos equipamentos. (inciso II Art. 57 da LOTCDF); II - Pela emissão de atos autorizadores de pagamento de despesas inválidas, decorrentes de flagrante afronta aos comandos legais previstos na Lei de Licitações e Contratos e na Lei nº 4.320/64 (item 2.1.1 - Achado de Auditoria nº 1), consideram-se responsáveis a Sra. SUELI APARECIDA DE ALMEIDA CASELLA (fl. 89** - despesas referentes ao período de jan/07 a set/07), o Sr. SÁVIO TOLÊDO CAVALLARI (fls. 276** e 279** - despesas referentes ao período de out/07 a dez/07 e jan/08 a out/08) e o Sr. RENATO RICARDO ALVES (fls. 17/19***, 124/125*** e 127*** - despesas referentes a nov/08 e dez/08), Chefes da Unidade de Administração Geral à época, cujas atribuições estabelecidas no art. 161 do Decreto Distrital nº 28.212, de 16/08/07, (Republicado no DODF de 26/11/07), deles exigia que perseguissem o cumprimento dos dispositivos legais mencionados. **(inciso II Art. 57 da LOTCDF); III - Pelos atos a seguir enumerados, consideram-se responsáveis os senhores nominados nos dois itens anteriores: a. ausência de estudos técnicos que demonstrassem ser a locação mais vantajosa que a aquisição**, configurando a prática de ato de gestão antieconômico e desobedecendo o item II da Decisão Plenária nº 2.517/2002 (S.O. nº 3671, de 25/06/2002); **(incisos III e IV, Art. 57 da LOTCDF); b. admissão de proposta de preços oriunda da empresa VERTAX**, antiga CONECTA, signatária do Contrato nº 14/06, último ajuste oficial relativo aos equipamentos locados (2º semestre/2006), conforme relatado nos itens 2.1.1 – Achado de Auditoria nº 1 e 2.2.2 – Achado de Auditoria nº 3, colocando sob séria suspeita a idoneidade dos processos de reconhecimento de dívidas examinados; **(inciso II Art. 57 da LOTCDF); IV - Pelo pagamento dos valores reclamados pela empresa ADLER** referentes aos demonstrativos (1) de fls. 184/188** (Nota Fiscal (NF) nº 3138 - Manutenção Adaptativa de Rede Elétrica e Lógica no NA HORA Sobradinho – R\$ 208.537,83), (2) de fls. 204/212** (NF nº 3137 - Manutenção Adaptativa de Rede Elétrica e Lógica no NA HORA Ceasa – R\$ 486.191,81) e (3) de fl. 151** (NF nº 3152 - Adaptação de Rede Rod. – R\$ 248.553,95), totalizando R\$ R\$ 943.283,59, sem haver a justificativa de preços nos termos preconizados pelo inciso III, § único, art. 26 da Lei 8.666/93, indicando claro **ato de gestão antieconômico** praticado contra o erário distrital, consideram-se responsáveis o Sr. SÁVIO TOLÊDO CAVALLARI (fl. 279** - despesas referentes ao período de jan/08 a out/08 – v. tabela § 60 – nota de rodapé 15), bem como o Sr. LUIZ CLÁUDIO FREIRE DE SOUZA FRANÇA – Diretor Geral do Serviço de Atendimento Imediato ao Cidadão – NA HORA à época (fl. 262**). **(inciso III Art. 57 da LOTCDF); V - Pelo prejuízo apurado nos §§ 81/82, além dos responsáveis apontados anteriormente, reputa-se como solidária a empresa ADLER**, em face da abusividade dos preços cobrados à SEJUS, demonstrada no item 2.2.1.2 – Análise e Evidências, §§ 83/84, caracterizada a má-fé da empresa (v. nota de rodapé 23).**



encontrada, com vistas à aplicação da **penalidade prevista no art. 60 da mesma Lei**, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, **apresentem razões de justificativa** que tiverem quanto aos fatos descritos no item 2.2.1.2⁴ - Análises e Evidências do mesmo Relatório, alertando-os da necessidade de comprovação das alegações, afirmações e conclusões que forem produzidas;

IV. determinar:

a. a conversão dos autos em tomada de contas especial - TCE, na forma do art. 46 da Lei Complementar nº 1/94, no tocante ao prejuízo apontado no valor de R\$ 596.959,50, decorrente da soma da parcela paga de R\$ 434.179,90 (v. coluna 11 da fl. 60), relativa ao Processo nº 400.000.599/07 (v. tabela do § 60), com a parcela não paga de R\$ 162.779,60 (v. coluna 10 da fl. 60), referente ao Processo nº 400.001.529/09, **autorizando, desde já, a citação dos responsáveis solidários** indicados no **item 2.2.1.6 - Responsabilização** do Relatório de Auditoria nº 11/10, **incluída a empresa Adler**, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, **apresentem as alegações de defesa** que tiverem quanto ao prejuízo apontado, com relação aos fatos descritos no **item 2.2.1.2 - Análises e Evidências** do mesmo relatório, ou recolham ao erário distrital o referido valor;

b. ao Exmo. Governador do Distrito Federal que, com base no § 1º, art. 4º, e § 7º, art. 1º, da Resolução TCDF nº 102/98, adote, de imediato, as medidas necessárias à instauração de tomada de contas especial para quantificação do débito e identificação dos responsáveis, em razão dos indícios de prejuízo causado aos cofres distritais por conta da execução dos serviços prestados pela Adler que não foram contemplados pela equipe de auditoria quando do cálculo do prejuízo, no bojo dos Processos nos 400.000.599/2007, 400.001.529/09 e 400.000.398/09;

V. alertar:

a. a empresa Adler e aos responsáveis relacionados no item IV precedente para que, caso confirmada a existência de débito, a imputação integral do valor apurado poderá ser feita solidariamente às pessoas (físicas e jurídicas) envolvidas diretamente no presente feito, em razão das irregularidades constatadas nos pagamentos vinculados aos serviços de locação e manutenção do Programa Na Hora sem cobertura contratual;

b. a Sejus/DF e a Procuradoria-Geral do Distrito Federal de que a remuneração cabível decorrente dos serviços prestados à Secretaria em questão, contemplados pelos Processos nos 400.000.599/2007, 400.001.529/09 e 400.000.398/09, deve ser feita somente à empresa Adler - Assessoramento Empresarial

⁴ **Achado de Auditoria nº 2** - Os valores de locação mensal cobrados pela empresa ADLER são excessivamente elevados, atingindo em poucos meses o valor de aquisição dos bens.



e Representações Ltda., evitando pagamentos em duplicidade por parte dos cofres distritais;

VI. autorizar:

a. a remessa de cópia do Relatório de Auditoria nº 11/10, do Parecer nº 1126/2010-DA e do relatório/voto do Relator à Sejus/DF, à Procuradoria-Geral do Distrito Federal, aos responsáveis citados e à empresa Adler, para adoção das medidas de suas competências;

b. o envio de cópia do inteiro teor do processo ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para os devidos fins, nos termos da Decisão Administrativa nº 6/06;

c. o retorno dos autos à 1ª ICE, para as providências cabíveis. Parcialmente vencidos os Conselheiros RONALDO COSTA COUTO, que votou pelo acolhimento, "in totum", da instrução e do parecer do Ministério Público, e RENATO RAINHA, na forma de sua declaração de voto, elaborada com esteio no art. 71 do RI/TCDF." (grifou-se)

Em 28.08.12, os Srs. Antônio Temóteo dos Anjos Sobrinho, Paulo César Chagas e Raimundo da Silva Ribeiro Neto realizaram sustentação oral. Por outro lado, o Sr. Sávio Tolêdo Cavallari e a Sra. Sueli Aparecida de Almeida Casella declinaram do direito de realizar, naquela oportunidade, a sustentação oral de defesa deferida por meio do Despacho Singular nº 574/2012-GCIM.

Por intermédio da **Decisão nº 4.486/12** (fl. 886), os presentes autos foram devolvidos ao Gabinete do Relator, para análise das defesas apresentadas e dos memoriais juntados aos autos.

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

A equipe da força-tarefa⁵, nos termos da Informação nº 51/2011-FT (fls. 716/799), inicialmente teceu os seguintes comentários acerca da matéria:

"5. Conforme se vê, a empresa Adler e a SEJUS foram chamadas ao feito a fim de se manifestarem sobre o Relatório de Auditoria nº 11/10, nestes termos (Decisão nº 5583/10, item II, alíneas a e b):

- **serviços prestados sem cobertura contratual pela empresa Adler - Assessoramento Empresarial e Representações Ltda. à Sejus/DF, conforme constam dos Processos nºs 400.000.599/2007, 400.001.529/2009 e 400.000.398/09, relativos aos serviços de Locação e Manutenção de Rede Elétrica e Lógica vinculada ao programa Na Hora;***
- **atos autorizadores de pagamento de despesas, decorrentes de flagrante afronta aos comandos legais previstos na Lei de Licitações e Contratos e na Lei nº 4.320/64, presentes no Processo nº 400.000.599/07 da***

⁵ A presente análise se deu em decorrência dos termos da Portaria nº 128, de 14/04/2011, editada pela Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, ilustre Conselheira Marli Vinhadeli, que constituiu força-tarefa para apuração dos fatos referidos no Processo nº 11926/11 (Ofícios nº 068-CF e 069-CF, de 11/04/2011).



Sejus/DF, vistos às fls. 89-Anexo II (janeiro/07 a setembro/07 - R\$ 648.814,50), às fls. 276-Anexo II (outubro/07 a dezembro/07 - R\$ 225.464,40) e fls. 279-Anexo II (janeiro/08 a outubro/08 - R\$ 1.626.166,85), bem como no Processo nº 400.001.529/09, visto às fls. 125-Anexo III e 127-Anexo III (novembro/08 a dezembro/08 - R\$ 66.799,52).

6. *Dos autos não consta manifestação da SEJUS sobre o item II, alíneas a e b, da Decisão nº 5583/10.*

7. *Acerca dos esclarecimentos demandados da empresa Adler (serviços prestados sem cobertura contratual, e atos autorizadores de pagamento de despesas), quer nos parecer que estejam inseridos, exclusivamente, na esfera de responsabilidade do agente público que praticou tais atos.*

8. *A nosso ver, a responsabilidade da contratada, ou da executante dos serviços ora questionados, não abarca eventuais decisões tomadas pelo administrador público em face dos procedimentos que lhes são peculiares, nos termos da lei.*

9. *Tanto isso é verdade é que, no ponto em questão, a manifestação da empresa Adler se dá, nesta oportunidade, em caráter facultativo (Decisão nº 5583/10, item II, alíneas a e b).*

10. *Consequentemente, nesse particular, não há que se falar em procedência, ou improcedência, dos esclarecimentos ofertados pela empresa Adler.*

11. *Outro assunto é saber se os pagamentos pelos serviços prestados foram corretos, do ponto de vista legal e financeiro, tema esse afeto à tomada de contas especial tratada nestes autos (Decisão nº 5583/10, item IV, alínea a), motivo da apresentação de defesa pela referida empresa, em virtude do item IV da Decisão nº 5583/10.*

12. *Nesse sentido, a empresa Adler foi citada a propósito do prejuízo de R\$ 596.959,50, apontado no item 2.2.1.2 do Relatório de Auditoria nº 11/10 (fls. 80 a 92).” (grifos do original)*

Em seguida, depois de transcrever as alegações de defesa apresentadas pela empresa Adler Assessoramento Empresarial e Representações Ltda. em face do item “IV-a” da Decisão nº 5.583/10, a equipe da força-tarefa manifestou-se da seguinte forma:

“14. Observa-se que, ao contestar as conclusões do Relatório de Auditoria nº 11/10, a empresa Adler defende, categoricamente, a correção dos preços cobrados da SEJUS, por oportunidade da locação dos equipamentos de informática.

15. Para tanto, a empresa Adler juntou ao feito as planilhas de fls. 196/197, mediante as quais tenciona demonstrar que os valores por ela praticados eram inferiores às cotações dos concorrentes.

16. Acerca do prejuízo quantificado no referido Relatório de Auditoria, a defendente assevera que a conclusão da equipe responsável baseou-se em pressupostos equivocados, haja a vista a



falta de equidade existente 'em razão do custo de locação dos equipamentos não ser equivalente ao custo de aquisição, fato que desabonaria a comparação direta apresentada nos quadros às fls. 54/60' destes autos.

17. *Demais, para a empresa Adler, 'os preços de aquisição foram levantados no ano de 2010, sendo que os serviços de locação foram prestados, primordialmente, nos anos de 2007 a 2008, o que demonstra descompasso temporal no cenário de mercado considerado no comparativo'.*

18. *Em nosso entender, por questão de uniformidade e coerência, as afirmações da defendente, no tocante à quantificação do suposto débito apontado no feito (Achado nº 2), merecem o devido exame pela equipe de Auditores responsável pela auditoria em epígrafe, uma vez que, nas palavras da empresa Adler, 'as evidências trazidas à baila refletem que, afora o fato de terem sido colocadas lado a lado valências não comparáveis, também ocorreram erros fundamentais no cálculo utilizado para se chegar ao prejuízo de R\$ 596.959,50'.*

19. *Destaque-se o fato de o Relatório de Auditoria nº 11/10 não ter sido previamente submetido à jurisdicionada, nos termos do art. 41, § 2º, da Lei Complementar nº 1/94, dadas as diretrizes da Decisão nº 8025/09, vez que se tratou de procedimento de fiscalização especial com vista à apuração da matéria objeto do Inquérito nº 650/DF (Processo nº 20091886665-STJ), relacionado à Operação Caixa de Pandora." (grifos do original)*

Na sequência, após esclarecer que os Srs. Luiz Cláudio Freire de Souza França⁶ e Jair Cândido da Silva⁷ não se manifestaram acerca das irregularidades em apuração, embora devidamente cientificados (fls. 182 e 187), a equipe da força-tarefa examinou as justificativas e as defesas juntadas aos autos em razão dos itens "III-a", "III-b" e "IV-a" da Decisão nº 5.583/10, nestes termos:

"23. Optamos por analisar em conjunto todas as razões de justificativa e defesas acima transcritas, vez que afetas a ex-ocupantes da Chefia da UAG/SEJUS e a ex-Secretário da referida Pasta, nos seguintes períodos⁸:

- Raimundo da Silva Ribeiro Neto, Secretário de Estado, de 01/01/07 a 05/08/08;*
- Paulo César Chagas, Chefe da UAG – Respondendo, de 31/01/07 a 17/10/07;*
- Jair Cândido da Silva – Chefe da UAG, de 08/06/07 a 30/07/07;*
- Antônio Temóteo dos Anjos Sobrinho – Chefe da UAG, de 12/01/07 a 07/06/07 e 10/04/08 a 15/09/08;*
- Sueli Aparecida de Almeida Casella – Chefe da UAG, de 18/10/07 a 09/04/08;*

⁶ Diretor-Geral do Serviço de Atendimento Imediato ao Cidadão – Na Hora, à época dos fatos.

⁷ Chefe da UAG/SEJUS, no período de 08.06.07 e 30.07.07.

⁸ Fonte: base de dados informatizada do TCDF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

e-DOC F1B01A41

Fl.: 933

Proc.:42964/09

Rubrica

- *Sávio Tolêdo Cavallari – Chefe da UAG, de 12/02/09 a 24/06/09;*
- *Renato Ricardo Alves – Chefe da UAG, de 24/06/09 a 31/08/10.*

24. *As justificativas e as defesas ora apresentadas sustentam, basicamente, que os agentes chamados ao feito, vinculados à SEJUS, ou não concorreram para a prática dos atos impugnados por esta Corte de Contas, ou para tanto eram legalmente incompetentes.*

25. *Em síntese, os justificantes/defendentes argumentam que:*

- *foram adotadas medidas tendentes à regularização dos atos praticados até então, instando o Diretor-Geral do Na Hora a apresentar justificativas;*
- *não houve pagamento de qualquer espécie, embora se tenha procedido ao reconhecimento da dívida, em virtude de orientação da SEOPS;*
- *a dívida com a empresa Adler foi inscrita em restos a pagar, com lastro no Parecer nº 377/07-PROCAD/PGDF;*
- *os pagamentos à empresa Adler se deram com supedâneo no art. 59, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93;*
- *não cabia ao Chefe da UAG/SEJUS a adoção das medidas necessárias à regularização dos serviços corporativos de informática;*
- *após a instituição da SEJUS, por meio do Decreto nº 27.591/07, e em razão de a Pasta não dispor de orçamento próprio, foi editado o Decreto nº 27.625, de 11/01/07, alterado pelo de nº 27.647, de 18/01/07, art. 2º, § 1º (fl. 472), mantendo as despesas dos órgãos transferidos para a SEJUS, no âmbito das Secretarias de origem;*
- *a disposição da estrutura da SEJUS, por meio do Decreto nº 27.625, de 11/01/07, não tratou do Regimento Interno, tampouco definiu competências ou atribuições, o que só veio a acontecer com a publicação do Decreto nº 28.212, de 16/08/07;*
- *o Regimento Interno da SEJUS determinava à UAG a elaboração de projetos básicos somente das áreas de sua competência (transporte, segurança, expediente etc.), a qual não abrangia os serviços do Na Hora;*
- *a própria Diretoria-Geral do Na Hora elaborou o projeto básico que culminou no Contrato nº 28/08;*
- *a execução orçamentária e a manutenção do Na Hora, até o segundo semestre de 2007, não eram da competência da SEJUS;*
- *a SEJUS não ficou responsável pela administração das ações, contratos, acordos e ajustes até então efetivados*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

e-DOC F1B01A41

Fl.: 933

Proc.:42964/09

Rubrica

- pela CODEPLAN, no que concerne aos serviços de informática;
- nos termos do Decreto nº 27.662, de 24/01/07, a AGEMTI-DF ficou responsável pela gestão da política de tecnologia da informação do DF;
 - não foi atribuída à SEJUS a responsabilidade de dar andamento aos serviços de informática prestados pela CODEPLAN, bem como não ficou claro que foram retiradas as competências da referida empresa pública, em relação aos serviços de informática;
 - a SEJUS não tinha como conhecer a situação dos contratos celebrados pela Administração Direta e Indireta do DF, no que se refere aos órgãos transferidos das outras Secretarias para aquela Pasta, nem esta fora incumbida de tomar conhecimento de nenhum contrato firmado pela CODEPLAN;
 - as ações da SEJUS limitavam-se a atender suas necessidades internas, não abrangendo os projetos corporativos de Governo;
 - só a contar de 26/09/07, ocasião em que a empresa Adler encaminhou expediente de cobrança de serviços de informática supostamente prestados à SEJUS, é que o Chefe da UAG/SEJUS tomou conhecimento de que tais serviços não estavam sendo cobrados da CODEPLAN;
 - a Direção-Geral do Na Hora é que vinha prestando informações sobre os serviços prestados, não a Diretoria de Informática da SEJUS;
 - no bojo do Processo nº 400.000.599/07, o Chefe da UAG/SEJUS teve o cuidado de solicitar à Diretoria de Informática várias informações preliminares, acerca dos pagamentos pleiteados pela empresa Adler;
 - a UAG/SEJUS solicitou orientação técnica e jurídica à CGDF e à PGDF.

26. Ao iniciarmos o exame dos argumentos trazidos ao feito, destacamos que o Programa Na Hora foi instituído pelo Decreto nº 22.125/01, de 11/05/01, sob coordenação da então Secretaria de Estado de Gestão Administrativa do DF (art. 3º).

27. Por sua vez, a Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal foi criada pelo Decreto nº 27.591/07, de 01/01/07 (art. 4º, XVI).

28. Com a edição do Decreto nº 27.645/07, de 18/01/07, que extinguiu a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa, foram transferidas para a Secretaria de Estado de Justiça, Direito Humanos e Cidadania do Distrito Federal, a estrutura, as unidades vinculadas e as respectivas competências regimentais da Diretoria



do Serviço de Atendimento Imediato ao Cidadão – NA HORA' (art. 1º).

29. No tocante à prestação de serviços sem cobertura contratual (Achado nº 1 - Decisão nº 5583/10, item III, alínea a), o Relatório de Auditoria nº 11/10 invoca as disposições do art. 161, do Decreto nº 28.212/07, de 16/08/07 (republicado no DODF de 26/11/07, por haver saído com incorreção no original publicado no DODF de 17/08/07), que aprova o Regimento Interno da SEJUS e dá outras providências.

30. Tendo em conta a data de publicação do referido Decreto nº 28.212/07 - 17/08/07-, parece evidente que, dado o princípio da legalidade, fatos anteriores à 16/08/07 não são alcançados por esse normativo.

31. Em decorrência, a nosso ver, o então Chefe da UAG/SEJUS, Jair Cândido da Silva, no período de 08/06/07 a 30/07/07, não pode ser responsabilizado em face do descumprimento do art. 161 do Regimento Interno da SEJUS, aprovado pelo Decreto nº 28.212, de 16/08/07 (Decisão nº 5583/10, item III, alínea a). **sugestão**

32. Nesse diapasão, no tocante ao mesmo Achado nº 1 (prestação de serviços sem cobertura contratual), Antônio Temóteo dos Anjos Sobrinho, ex-Chefe da UAG/SEJUS, nos períodos de 12/01/07 a 07/06/07 e 10/04/08 a 15/09/08, só responde, em tese, por esse último lapso temporal.

33. Pelo mesmo motivo, em relação ao Achado nº 1 (prestação de serviços sem cobertura contratual), Paulo César Chagas, ex-Chefe da UAG/SEJUS, de 31/07/07 a 17/10/07, responde, em tese, apenas a partir de 17/08/07, data de publicação do Decreto nº 28.212/07.

34. Por sua vez, a gestão da ex-Chefe da UAG/SEJUS, Sueli Aparecida de Almeida Casella, de 18/10/07 a 09/04/08, é integralmente alcançada, relativamente ao Achado nº 1 (prestação de serviços sem cobertura contratual), pelas disposições do Decreto nº 28.212/07.

35. Quanto ao ex-Secretário de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania Geral do DF, Raimundo da Silva Ribeiro Neto, de 01/01/07 a 05/08/08, e também acerca do Achado nº 1 (prestação de serviços sem cobertura contratual), o Relatório de Auditoria nº 11/10 questiona a tardia adoção de providências para regularização dos serviços, uma vez que a 'competência originária dele exigia que perseguisse a formalização do contrato'.

36. Convém ressaltar que, quando se refere à 'competência originária', o Relatório de Auditoria nº 11/10 menciona as disposições dos arts. 24, IV, 26, parágrafo único, II e III, e 60 da Lei nº 8.666/93.

37. A respeito das questões afetas ao saneamento das despesas com informática, efetuadas sem cobertura contratual, este Tribunal de Contas, no bojo do Processo nº 3464/04⁹, prolatou a Decisão nº

⁹ Representação nº 31/2004 - CF, da Procuradora do Ministério Público junto à Corte CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, para que o Tribunal apure questões relacionadas ao Serviço de Atendimento Imediato ao Cidadão - Na Hora, instituído pelo Decreto nº 22.125/2001.



4505/06, itens III e IV, determinando “à Secretaria de Gestão Administrativa - SGA que: a) promova, dentro de seis meses, à licitação para contratar os serviços de informática necessários para a continuidade do Programa NA HORA; b) denuncie os Contratos n.º 10/2002 e 24/2004, firmados com a CODEPLAN, sem licitação, contrariando o art. 37, XXI, da Constituição Federal e art. 2º da Lei 8.666/93, admitindo-se a manutenção destes até a conclusão de certame, conforme alínea anterior”.

38. No tocante ao Contrato n.º 24/04, o eventual prejuízo decorrente da locação de equipamentos, suportada por laudo de viabilidade econômica irregular, em detrimento da aquisição, constitui objeto do Processo n.º 30075/06¹⁰, no qual foram chamados a se justificar o então titular da SGA e, solidariamente, o dirigente da CODEPLAN, à época.

39. De todo o modo, a regularização desses serviços foi tratada nos autos de n.º 785/08, a propósito do Edital de Pregão Presencial n.º 117/07-CECOM/SUPRI/SEPLAG, de interesse da SEJUS, tendo por objeto a contratação de empresa especializada para a Prestação Integrada de Serviço de Operação e Manutenção do Serviço de Atendimento Imediato ao Cidadão - Na Hora, nas unidades da Rodoviária, Taguatinga e Ceilândia.

40. O Pregão Presencial n.º 117/07 culminou na assinatura do Contrato n.º 28/08, firmado entre o Distrito Federal e a empresa B2BR – Business to Business Informática do Brasil Ltda., momento a partir do qual, em nosso entendimento, a SEJUS ficou, de fato, responsável pela condução do Programa Na Hora.

41. Recentemente, ao analisarmos o Processo n.º 10197/08¹¹ (Informação n.º 39/2011-FT, de 27/06/2011), destacamos a Informação n.º 227/2008-1ª ICE/Divisão de Acompanhamento, produzida nos autos de n.º 35556/08¹², cujo teor retratava a precária situação do ambiente de Data Center do GDF:

(...)

42. A nosso ver, a situação observada na condução do Programa Na Hora guarda similaridade com a vivenciada pelo Data Center do GDF, relativamente aos problemas de continuidade administrativa então enfrentados.

43. Referido Programa, a despeito da vinculação à SEJUS, a partir da edição do Decreto n.º 27.645/07, de 18/01/07, já contava com administração própria, tal como demonstra o Relatório Técnico de fls. 384 a 409, de abril de 2009, elaborado e motivado pelo então Diretor-Geral, Luiz Cláudio Freire de Souza França.

¹⁰ Inspeção determinada pelo Tribunal, no item VI da Decisão n.º 4505/2006, com o objetivo de verificar a existência de prejuízo na locação de unidades móveis de informática, em detrimento da aquisição, conforme Contrato n.º 024/04, celebrado entre a então Secretaria de Estado e Gestão Administrativa – SGA e a Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN.

¹¹ Edital de Licitação Pregão Eletrônico n.º 122/2008-CECOM/SUPRI/SEPLAG, mediante o qual a Central de Compras da então Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão divulgou a realização de certame, tipo menor preço por lote, com vistas à contratação de empresas para prestação de serviços de acesso dedicado à Internet, para atender demanda do **Data Center** do Governo do Distrito Federal.

¹² Pregão Presencial n.º 108/2008, da Secretaria de Planejamento e Gestão do Distrito Federal, tendo por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de processamento de dados.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

e-DOC F1B01A41

Fl.: 933

Proc.:42964/09

Rubrica

44. Nesse sentido, à fl. 385, o Diretor-Geral do Na Hora, Luiz Cláudio Freire de Souza França, asseverava que, 'tendo em vista a transferência citada acima e atenta ao interesse público que envolve a questão, esta Secretaria de Estado de Justiça, Direitos e Humanos e Cidadania iniciou esforços no sentido de encontrar uma solução rápida e capaz de viabilizar a continuidade dos serviços prestados à população do Distrito Federal nas unidades do Na Hora'.

45. Prossegue o mesmo Diretor-Geral afirmando que, 'para evitar que os serviços venham a sofrer problemas de continuidade, foi [...] iniciado processo licitatório para a contratação de empresa especializada [...]', e, 'no entanto, a fim de manter ininterrupta a prestação dos serviços públicos à população do Distrito Federal, à medida que o processo licitatório tramitava, a Diretoria do Na Hora optou pela manutenção dos serviços de locação dos equipamentos [...], imprescindíveis para manter o funcionamento contínuo dos sistemas de informática, para as Unidades do Na Hora [...]'.

46. Nas conclusões do citado Relatório Técnico (fl. 409), o então Diretor-Geral do Na Hora, Luiz Cláudio Freire de Souza França, destacava que a partir da assinatura do Contrato nº 28/08-Business to Business Informática do Brasil, em 07/07/08, foram assumidos os serviços prestados pela Adler, 'não possuindo após esta data processo de reconhecimento de dívida, por parte da SEJUS, com a ADLER para as referida unidades' do Na Hora.

47. Anteriormente a essas informações prestadas pelo então Diretor-Geral do Na Hora, observa-se ter a SEJUS destacado, em fevereiro e março de 2009 (fls. 362 a 365), aspectos relacionados à efetiva execução dos serviços, à compatibilidade de preços a serem indenizados e à má fé do administrado, razão essa da edição da Portaria nº 03, de 08/01/08, tencionando a apuração da procedência dos pagamentos pleiteados pela empresa Adler, e de cuja conclusão não se tem notícia.

48. Em decorrência das indagações da SEJUS, mediante Despacho datado de 02/04/09, o então Diretor-Geral do Na Hora, Luiz Cláudio Freire de Souza França, fazia anexar ao Processo nº 400.000.597/07 o Relatório Técnico acima mencionado (fls. 384 a 409), contemplando: 'a) discriminação dos bens e serviços prestados; b) local da prestação dos serviços/locação dos bens; c) manifestação quanto aos preços praticados; d) juntada de propostas que permitem auferir a procedência dos custos; e) apresentação de justificativas quanto à permanência da empresa sem cobertura contratual; f) providências que foram adotadas para licitar os serviços objeto [do] Processo'.

49. O encaminhamento dado ao assunto pela Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social e Corregedoria-Geral – SEOPS (fls. 412 a 415), em 11/05/09, determinava a adoção de providências prévias, condicionando o reconhecimento de dívida em favor da empresa Adler, nos exercícios de 2007 e 2008, a uma série de providências administrativas, dentre as quais a instauração de processo administrativo com vistas à apuração de responsabilidades pela realização de despesa de forma irregular.



50. *Pelo que consta destes autos, às fls. 416/417, o tratamento da matéria, dispensado pela SEJUS, em abril e maio de 2009, foi no sentido de inscrever a dívida em restos a pagar, paralelamente às demais providências demandadas pela SEOPS.*

51. *Posteriormente, mediante Nota Técnica nº 1290/2009-CONTROLADORIA, de 10/11/09, e Despacho 1273/2009-GAB/SEOPS, de 11/11/09 (fls. 323 a 340), a orientação da Corregedoria-Geral à SEJUS foi no sentido de “consignar nos autos os documentos comprobatórios da regularização da situação fática e providenciar a instauração de processo administrativo, visando à apuração de responsabilidade ex-vi do disposto no art. 59, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, devendo consignar nos autos o ato da instauração e o relatório final desse procedimento apuratório”.*

52. *Na ocasião, a CGDF pontuava que, ‘tendo em vista a inexistência de instrumento contratual, é de se impor, como forma de proteger o Ordenador de Despesa, bem assim instrumentalizá-lo na sua responsabilidade funcional, a obrigação de consignar no processo de liquidação da despesa os documentos comprobatórios da instauração do Processo Administrativo, e, posteriormente, o seu resultado’ (fl. 338).*

53. *Demais, a Corregedoria-Geral do DF reforçava ‘que a execução de obras, a realização de serviços ou o fornecimento de bens sem a devida cobertura contratual constituem prática de infração à norma legal e, por esse motivo, demandam atenção especial do Ordenador de Despesas visando ao aperfeiçoamento do planejamento e dos controles internos do órgão, com vistas a evitar reflexos indesejáveis em suas contas anuais e futuras sanções pelo Órgão de Controle Externo’ (fl. 338).*

54. *Após chamar a atenção para a vedação à ‘continuidade de fornecimento de bens ou prestação de serviços sem contrato regular e prévio empenho de despesa’, a CGDF destacava “o contínuo e firme entendimento, tanto do Órgão Central do Sistema Jurídico do Distrito Federal, quanto da doutrina e jurisprudência pátria, quanto à impossibilidade da Administração Pública se beneficiar da prestação de qualquer serviço sem o devido pagamento, o que caracterizaria enriquecimento sem particular pelo que este tenha executado, mediante a identificação dos preços praticados no mercado’ (fl. 339).*

55. *A respeito das providências demandadas pela CGDF, foi registrada a edição da Portaria nº 141, de 21/06/10, no tocante ao Procedimento Preliminar Apuratório nº 400.001.811/2010, de cuja conclusão também não se tem notícia (Memorandos nº 811 e 813/2010-CPD/SEJUS, de 08/07/10, e 839/2010-CPD/SEJUS, de 20/07/10 (fls. 308 a 310).*

56. *Em nosso entendimento, os precedentes acima citados confirmam a razoabilidade do alegado pelos justificantes e defendentes, gestores da SEJUS, vez que, nos termos dos normativos trazidos à colação, a competência para o equacionamento do tema (regularização dos serviços pagos sem cobertura contratual) era da alçada da CODEPLAN, posteriormente da AGEMTI, e, mais tarde, da SEPLAG.*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

e-DOC F1B01A41

Fl.: 933

Proc.:42964/09

Rubrica

57. A essa conclusão acresça-se o fato de que os pagamentos efetuados a título de reconhecimento de dívida, em favor da empresa Adler, seguiram a orientação da Corregedoria-Geral do Distrito Federal, lastreada em pareceres da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, com fundamento no art. 59, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, consoante destacado pelos ex-Chefes da UAG/SEJUS (vide Nota Técnica nº 60/2007-GAB/CGDF/ASESP e Despacho nº 407/2007-GAB/CGDF, ambos de 19/12/07 - fls. 500 a 506).

58. Por conseguinte, acreditamos que não podem ser atribuídos ao Secretário de Estado de Justiça, Direito Humanos e Cidadania, ou aos Chefes da Unidade de Administração Geral daquela Pasta, os percalços administrativos havidos na regularização da prestação dos serviços corporativos de informática (Achado nº 1), bem como os supostos valores pagos indevidamente à empresa Adler, a título de locação dos equipamentos (Achado nº 2).

59. De fato, não se mostra razoável imputar responsabilidade aos ex-gestores da SEJUS pela ausência de cobertura contratual, no período aproximado de um ano e meio, quando o trâmite do Processo nº 3464/04 demonstra que o descompasso do Programa Na Hora vem, pelo menos, desde os Contratos nº 10/02 e 24/04, firmados entre a SGA e a CODEPLAN, sem licitação, havendo essa Companhia, ainda, e de modo ilegal, terceirizado os serviços (Decisão nº 4505/06).

60. Aliás, no tocante à responsabilidade pelos supostos pagamentos indevidos, a título de reconhecimento de dívida, em favor da empresa Adler, seria de bom alvitre que o Tribunal tivesse conhecimento do resultado a que chegaram as comissões instituídas pelas Portarias nº 03, de 08/01/08, e 141, de 21/06/10.

61. Em assim sendo, consideramos procedentes:

- as justificativas apresentadas por Antônio Temóteo dos Anjos Sobrinho, Paulo César Chagas, Sueli Aparecida de Almeida Casella e Raimundo da Silva Ribeiro Neto, em virtude do item III, alínea a, da Decisão nº 5583/10;
- as justificativas apresentadas por Sueli Aparecida de Almeida Casella, Sávio Tolêdo Cavallari e Renato Ricardo Alves, em face do item III, alínea b, da Decisão nº 5583/10.

62. Em consequência, também, acolhemos as defesas apresentada por Sueli Aparecida de Almeida Casella, Renato Ricardo Alves e Sávio Tolêdo Cavallari, em razão do item IV, alínea a, da Decisão nº 5583/10.

63. Ainda que não tenha ofertado razões de justificativa para o item III, alínea a, da Decisão nº 5583/10, acreditamos que as conclusões às quais chegamos em relação ao demais ex-Chefes da UAG/SEJUS são extensivas a Jair Cândido da Silva.

64. No tocante ao sumiço de peças do Processo nº 400.000.599/2007, noticiado pelos justificantes/defendentes, pensamos que a questão deve ser levada ao conhecimento da



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

e-DOC F1B01A41

Fl.: 933

Proc.:42964/09

Rubrica

Secretaria de Estado de Transparência e Controle do DF, para adoção de eventuais providências.

65. *Em face da ausência de apresentação de defesa da parte de Luiz Cláudio Freire de Souza França, ex-Diretor-Geral do Na Hora (Decisão nº 5583/10, item IV, alínea a), deve ser aplicado ao caso o disposto no art. 13, § 3º¹³, da Lei Complementar nº 1/94, observada, entretanto, a conclusão que vier a chegar a 1ª ICE, acerca dos números apresentados pela empresa Adler, conforme sugerido no parágrafo 18 desta Informação.*

66. *Às fls. 208 a 213, a propósito do alerta veiculado pelo item V, alínea b, da Decisão nº 5583/10, observa-se o Ofício nº 1242/2010-GABINETE, de 15/12/10, em que a SEJUS encaminha os esclarecimentos prestados pela Gerência de Orçamento e Finanças, 'no que diz respeito ao encaminhamento de planilhas dos valores pagos no período de Janeiro a Outubro de 2008 e, também, a de valores em aberto', esclarecendo que 'não há disponibilidade orçamentária para atender a despesa referente ao Reconhecimento de dívida de 2008 e 2009, no valor de R\$ 1.871.048,49'.*

67. *A tempo. Convém noticiar a publicação de Decisão da Secretaria de Estado de Transparência e Controle, datada de 10/08/2011, e publicada no DODF de 11/08/2011, declarando a inidoneidade da empresa Adler Assessoria Empresarial e Representação Ltda., nos termos dos arts. 87, IV e § 3º, e 88, II e III, da Lei nº 8.666/93." (grifos do original)*

Ante o exposto, a equipe da força-tarefa sugeriu ao eg. Plenário (fls. 798/799):

I – tomar conhecimento da presente Informação;

II – considerar procedentes as justificativas apresentadas por:

a) Antônio Temóteo dos Anjos Sobrinho, Paulo César Chagas, Sueli Aparecida de Almeida Casella e Raimundo da Silva Ribeiro Neto, em virtude do item III, alínea a, da Decisão nº 5583/10;

b) Sueli Aparecida de Almeida Casella, Sávio Tolêdo Cavallari e Renato Ricardo Alves, em face do item III, alínea b, da Decisão nº 5583/10;

III – estender a conclusão do item II acima a Jair Cândido da Silva, ainda que não tenha ofertado razões de justificativa para o item III, alínea a, da Decisão nº 5583/10, dada a incidência das mesmas razões de decidir, aplicáveis aos demais ex-Chefes da UAG/SEJUS;

IV – acolher a defesa apresentada por Sueli Aparecida de Almeida Casella, Renato Ricardo Alves e Sávio Tolêdo Cavallari, em razão do item IV, alínea a, da Decisão nº 5583/10;

V – dada a ausência de apresentação de defesa por Luiz Cláudio Freire de Souza França (Decisão nº 5583/10, item IV, alínea a),

^{13a} Art. 13. Verificada irregularidade nas contas, o Relator ou o Tribunal: [...] § 3º O responsável que não atender à citação ou à audiência será considerado revel pelo Tribunal, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo."



aplicar ao caso o disposto no art. 13, § 3º, da Lei Complementar nº 1/94, observada a conclusão a que vier a chegar a 1ª ICE, acerca do exame da defesa ofertada pela empresa Adler, conforme sugerido no parágrafo 18 desta peça;

VI – determinar à Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do DF que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe a esta Corte de Contas, o resultado a que chegaram as comissões instituídas pelas Portarias nº 03, de 08/01/08, e 141, de 21/06/10;

VII – autorizar:

a) o envio de cópia da decisão que vier a ser prolatada:

1) aos nominados interessados;

2) à Secretaria de Estado de Transparência e Controle do DF, tendo em conta o sumiço de peças do Processo nº 400.000.599/2007, noticiado pelos justificantes/defendentes, para adoção de eventuais providências;

b) o retorno dos autos à 1ª ICE, para fins de exame das alegações de defesa da empresa Adler, relacionadas à quantificação do eventual prejuízo apontado no feito.”

Em atenção às diligências constantes das sugestões indicadas nos itens “V” e “VII-b” supracitados, foi elaborada a Informação nº 12/2012 (fls. 813/827), no âmbito da 1ª Divisão de Auditoria.

A unidade instrutiva, após apresentar as alegações de defesa prestadas pela empresa Adler em face do item “IV-a” da Decisão nº 5.583/10, referentes à quantificação do débito (decorrente da locação de equipamentos), examinou os argumentos apresentados, assim:

“6. Quanto à alegação vista no trecho 5, devemos lembrar que não havia “regras definidas para o negócio”, no caso concreto in casu, precisamente pela ausência do instrumento contratual.

7. Destaque-se que, conforme registrado no Relatório de Auditoria nº 11/2010 (§ 84 – fl. 84), a doutrina pátria considera de má-fé a empresa que presta serviços ao Poder Público sem contrato formalizado ¹⁴.

8. Neste sentido, vale mencionar o entendimento adotado por esta Corte, em resposta à consulta formulada pela Procuradoria-Geral do DF ¹⁵, de que ‘não poderá alegar boa-fé o particular que fornece bens, obras ou serviços sem respeitar disposição legal vigente, em especial o art. 60, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93’.

9. Com relação à conclusão vista no trecho 9, segundo a qual resta ‘evidenciado que há razoabilidade nos preços faturados por

¹⁴ **A Ausência de forma escrita acarreta a nulidade do contrato**, que não produzirá efeito algum (excetuada a hipótese referida no parágrafo único). A gravidade da consequência também se destina a reprimir atuações indevidas e ilícitas. O terceiro não poderá arguir boa-fé ou ignorância acerca da regra legal. **Se aceder com contratação verbal, arcará com as consequências.** (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 12 ed. São Paulo: Dialética, 2008, p. 687).

¹⁵ Decisão Plenária nº 437/11, item II, letra “c” (Sessão Ordinária nº 4401, de 17/02/11)



esta empresa' uma vez que 'os comparativos acima mostram que os valores praticados pela ADLER eram inferiores às cotações colhidas junto aos concorrentes', cabe destacar que os equipamentos fornecidos pela ADLER não eram novos.

10. Tanto assim que não foram retirados da SEJUS ao final de 2006, sob a alegação de possível paralisação das atividades do NA HORA. Isto pode ser facilmente comprovado mediante as afirmações vistas nos trechos 4 e 33.

11. Não merece crédito, portanto, a alegada comparabilidade de preços dos equipamentos fornecidos pela ADLER, uma vez que os preços de locação das empresas mencionadas referem-se a equipamentos novos e contém custos relativos à sua instalação.

12. Conforme dito no Relatório de Auditoria nº 11/2010 (v. § 96), reforçou-se a evidência de que os preços pesquisados pela SEJUS eram elevados e não poderiam ser utilizados como justificativa para os preços cobrados pela ADLER.

13. Com relação à alegação vista no trecho 10, de que 'resta demonstrado que a ADLER efetivamente prestou os serviços, vez que estes estavam materializados nas instalações de atendimento do NA HORA, seja em razão da disponibilização dos equipamentos, seja em razão do perfeito funcionamento das unidades', discordamos totalmente da mesma.

14. Sobre este aspecto transcrevemos as considerações do Relatório de Auditoria nº 11/2010, verbis: (fl. 82)

64. Deve-se atentar, desde logo, porém, para a situação precária em que se deu a relação entre as partes, neste caso. **Como aferir a execução de um pacto não redigido, sem parâmetros de execução claramente definidos?**

65. **A ausência de instrumento contratual, prevendo as condições mínimas de atendimento aos bens locados, como por exemplo (1) o tempo máximo de espera por atendimento, no caso em que um equipamento apresentasse defeito; (2) o tempo máximo para correção daquele defeito; (3) a previsão ou não de substituição do bem avariado por outro similar durante sua reparação e, ainda, (4) a falta de fixação dos preços de locação, tornaram a execução contratual e sua correspondente fiscalização uma verdadeira caixa preta no que se refere aos valores devidos, levando-se em consideração que a tais condições corresponde certo reflexo financeiro.**

66. Neste sentido, há que se registrar a patente falta de observância, nos processos examinados, aos comandos legais presentes na Lei nº 4.320/64, no que diz respeito à etapa da liquidação da despesa, em especial o item III, § 2º, art. 63. **De fato, não há nos citados processos, quaisquer documentos (ex. Ordens de Serviço), indicando a entrada e saída dos bens locados nas unidades do Na Hora, nem tampouco as manutenções realizadas nestes equipamentos, em razão de possíveis defeitos ou problemas ocorridos.**



67. É bom frisar que, na verdade, a situação descrita consiste em um dos efeitos decorrentes do item 2.1.1 - Achado de Auditoria nº 1, Ausência de cobertura contratual, relacionado no item 2.1.1.4 – Efeitos, do presente Relatório de Auditoria.

15. Na verdade, conforme consignado no item 2.3 Questão de Auditoria 3: Os serviços e produtos foram efetivamente prestados e entregues? do mesmo Relatório, in verbis: (fl. 96)

134. Não foi possível aferir o nível de prestação dos serviços pela empresa ADLER à SEJUS por conta do programa NA HORA. (grifo nosso)

16. O que se sabe, de fato, conforme relatado no Relatório de Auditoria nº 11/2010, é que **apesar de terem sido indicados sete executores** para os serviços contemplados no processo nº 400.000.599/07, verbis: '(...) as notas fiscais emitidas pela ADLER, presentes naqueles autos, **são atestadas apenas pelo Diretor Geral do Na Hora**, Sr. LUIZ CLAUDIO FREIRE DE SOUZA FRANÇA (fls. 63**, 65**, 67/73**, 149**, 151**, 153**, 155/162**, 190/199** e 201/204**). O mesmo ocorre nos processos nº 400.001.529/09 e 400.000.398/09 (81/102***, 104***, 106***, 117***, 147***)" (v. § 68 do Relatório de Auditoria nº 11/2010 – fl. 82).

17. Continua a referida peça instrutória na mesma folha:

69. A concentração de reconhecimento de serviços prestados em seis localidades diferentes em um único servidor, além de mascarar a realidade dos fatos, contrapõe-se ao princípio básico de segregação de funções. **Não é razoável imaginar que uma só pessoa fosse capaz de certificar a execução de todos os serviços citados, em todas aquelas localidades.**

18. A partir do trecho 11 a ADLER passa a tecer considerações quanto ao prejuízo de R\$ 596.959,50, levantado no Relatório de Auditoria n.º 11/2010, afirmando que, verbis, '(...) a conclusão da Equipe de Auditoria foi baseada em pressupostos equivocados'.

19. Especificamente no trecho 14 a empresa alega que, de acordo com o parágrafo único do art. 59 da Lei nº 8.666/93, o pagamento a ADLER deve ser feito estritamente de acordo com os serviços que foram prestados, sendo compostos pelas seguintes parcelas: locação de equipamentos e serviços de manutenção preventiva, corretiva e adaptativa.

20. Sobre este aspecto deve-se lembrar, inicialmente, que o Art. 59 da Lei de Licitações e Contratos supõe a existência prévia de contrato que teve sua nulidade declarada. Não é o caso em questão. Aqui nunca existiu contrato.

21. Depois, há que se considerar que tanto as parcelas relativas à locação quanto às manutenções preventiva, corretiva e adaptativa não tiveram sua execução plenamente comprovada, conforme já relatado nos § 13 a 17.



22. Por oportuno, recordamos o comentário do Relatório de Auditoria nº 11/2010 visto no § 58 (fl. 80), verbis:

58. Foi apurado prejuízo, então, referente aos valores mensais de locação pagos à ADLER após o valor de aquisição ter sido atingido, considerado este último como parcela indenizatória. **A magnitude do desequilíbrio de valores indica que tenha havido má-fé por parte da empresa com relação aos preços de locação cobrados**, alçando-a à condição de responsável solidária com relação ao débito verificado.

23. Neste tema, relativamente aos comentários presentes no trecho 16, cumpre destacar algumas considerações feitas pelo mesmo autor citado pela empresa, acerca de boa-fé, verbis ¹⁶:

Outro ângulo da questão relaciona-se com a situação subjetiva do particular que participou da contratação inválida com a Administração. **Afigura-se irrebatível que a indenização em favor do particular, cujo patrimônio seja afetado por atuação indevida da Administração Pública, depende de sua boa-fé.**

(...)

Se o particular tiver concorrido para a consumação do ato ilícito, caberá promover a redução da indenização correspondente às perdas e danos sofridas, tendo em vista uma avaliação sobre culpa concorrente.

Por igual, o particular que tiver atuado maliciosamente não pode ser beneficiado pela teoria da vedação ao enriquecimento sem causa, que se funda em juízo ético-moral. Aquele que atuou de modo reprovável eticamente não pode invocar benefícios fundados na equidade.

(...)

Nesse sentido é que se afirma que a boa-fé do terceiro caracteriza-se quando não concorreu, por sua conduta, para a concretização do vício ou quando não teve conhecimento (nem tinha condições de conhecer) sua existência. **O particular tem o dever de manifestar-se acerca da prática de irregularidade. Verificando o defeito, ainda que para ele não tenha concorrido, o particular deve manifestar-se. Se não o fizer, atuará culposamente. Não poderá invocar boa-fé para o fim de obter indenização ampla.**

As asserções acima realizadas não traduzem entendimento de que o particular teria o dever de revisar a atividade administrativa. Insiste-se na tese de que o particular não poderá ser beneficiado quando tiver atuado visando fraudar a Lei. Nem poderá pretender proteção

¹⁶ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos – 13ª Ed. – São Paulo: Dialética, 2009, pp. 719-720.



quando existir infração clara e inquestionável ao Direito, que pudesse e devesse ser de seu conhecimento.

(...) (grifo nosso)

24. Neste sentido, vale destacar que nos trechos de 30 a 35 a ADLER faz suas últimas considerações, sendo dignos de nota os comentários do trecho 33, verbis:

'Para comprovar a efetiva participação desta empresa na prestação dos serviços, bem como demonstrar a relutância da Administração Distrital em devolver os equipamentos de nossa propriedade, anexamos os comunicados C.E. 081554, 081666 e 081696, recebidos pelo gestor do NA HORA em 13/08/2008, 03/09/2008 e 11/09/2008, respectivamente. Com base nesses expedientes fica claro que os equipamentos da ADLER já vinham sendo utilizados pelo GDF a longa data.'

25. Pelas datas de recebimento de tais comunicados (fls. 41/46 do anexo VIII aos autos), verifica-se que **a adoção de providências no sentido de regularização ocorreu mais de um ano e meio após o efetivo início da prestação dos serviços**, lembrando que os equipamentos foram disponibilizados a partir de janeiro/2007. (grifo nosso)

26. Cabe destacar, neste sentido, que a solicitação de devolução dos equipamentos pela ADLER (fl. 41 do volume anexo VIII), com data de 13/08/2008, foi feita somente após a assinatura do Contrato nº 28/2008, firmado entre a SEJUS e a empresa B2BR, ocorrida em 07/07/2008, conforme consta nos §§ 10/11 do Relatório de Auditoria nº 14/2010 (Processo nº 42.972/2009), verbis:

10. Mais especificamente, destacamos que o Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania **firmou, em 07/07/08**, contrato com a empresa de informática B2BR – BUSINESS TO BUSINESS INFORMÁTICA DO BRASIL.

11. O objeto do **Contrato nº 028/2008** (fls. 93/99 do Anexo II aos autos) está definido nos seguintes termos: contratação de empresa especializada para prestação integrada de serviços continuados de operação e manutenção do Serviço de Atendimento Imediato ao Cidadão – Na Hora, das unidades da Rodoviária, Taguatinga e Ceilândia, consoante especificado no Edital de Pregão Presencial nº 117/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG, seus anexos, e a Proposta da Contratada, que passam a integrar o presente Termo.

27. Logo em seguida, em 03/09/2008 (fl. 44 do anexo VIII aos autos) e 11/09/2008 (fl. 45 do anexo VIII aos autos), a empresa solicita o pagamento dos atrasados. Em suma, a nosso ver, em razão da demora em agir, tal conduta não pode e nem deve ser vista como eivada de boa-fé.



28. Nos trechos 19 e 20 a empresa novamente afirma que '(...) os preços de locação estavam consoantes àqueles que eram praticados no mercado, vez que foi realizada ampla pesquisa, englobando 7 (sete) empresas concorrentes". Com relação a este aspecto reafirmamos o que foi dito nos §§ 9 a 12 desta instrução.

29. Com relação às considerações contidas nos trechos 23 e 24, entendemos que o estudo de viabilidade entre as opções de aquisição e de locação, exigido pela Decisão Plenária nº 2.517/2002 (S.O. nº 3671, de 25/06/2002), e não realizado neste caso, teria indicado a tempo a enorme distorção verificada pela equipe de auditoria.

30. Afinal, conforme asseverou o Relatório de Auditoria nº 11/2010, verbis (fl. 79):

2.2 Questão de Auditoria nº 2: Os preços praticados são compatíveis com os de mercado?

56. Não. Os valores de locação mensal cobrados pela empresa ADLER são excessivamente elevados, atingindo em poucos meses o valor de aquisição dos bens. Neste sentido foi constatado que, dos 14 equipamentos pesquisados, 8 tiveram o valor de aquisição médio atingido com apenas 6 parcelas de locação mensal, tornando a opção de locação extremamente desvantajosa. Dois deles, inclusive, em apenas 3 meses.

31. Sob este aspecto, mesmo sem estudo de viabilidade, é fácil constatar a enorme discrepância que representa a locação de um equipamento por um valor mensal que, acumulado em apenas três ou seis meses, atinge o valor total do bem. Especialmente porque este tempo é muito inferior à vida útil dos bens locados, em torno de 4 a 5 anos.

32. Neste sentido é que a realização do estudo permitiria conhecer o valor de locação de corte, que é aquele a partir do qual a locação é mais vantajosa.

33. A afirmação da empresa presente no trecho 24 de que 'Em economia é amplamente conhecido que os custos de locação serão sempre superiores se comparados ao custo de aquisição diferido em parcelas mensais' apenas denota o desconhecimento da mesma quanto à necessidade de comprovar materialmente a vantagem da locação sobre a aquisição.

34. No trecho 25 a ADLER afirma que, com relação à magnitude do resultado encontrado na comparação locação versus aquisição, '(...) constata-se que houve a influência de fatores não considerados pela Equipe de Auditoria'.

35. Em primeiro lugar, a ADLER afirma que '(...) os preços de aquisição foram levantados no ano de 2010, sendo que os serviços de locação foram prestados, primordialmente, nos anos de 2007 a 2008, o que demonstra descompasso temporal no cenário de mercado considerado no comparativo'.



36. Sobre a pesquisa realizada, registramos que foram pesquisadas vinte e duas fontes de preços, com validade situada ao longo dos anos de 2006 (1), 2008 (1), 2009 (8), 2010 (12), conforme se observa às fls. 49/53. Por sua vez, os serviços de locação foram prestados de janeiro/2007 a setembro/2009 (fls. 55/60), dentro, portanto, do período de pesquisa.

37. Depois argui a empresa que, verbis:

'(...) Além disso, foi desconsiderado o fato de que a ADLER teve de adquirir os equipamentos e incorporá-los ao seu patrimônio. Em decorrência do dispêndio suportado por esta empresa, o custo financeiro da operação foi agregado ao custo da locação. O custo advindo da depreciação dos equipamentos também foi somado à locação. Outro fator desconsiderado foi que os equipamentos, na sua maioria, são de origem estrangeira, com preço cotado em dólares norte americanos. Nesse aspecto, temos que a cotação do Dólar frente ao Real, que em janeiro/2007 encontrava-se na casa de 2,12 a 2,15, sofreu uma expressiva queda em janeiro/2010, passando a ser de 1,72 a 1,81'. (grifamos)

38. Sobre tais considerações deve-se ressaltar que não são de todo verdadeiras, uma vez que de acordo com o que foi afirmado pela própria ADLER no trecho 4, verbis:

'Então, porque prestar serviços sem cobertura contratual? Primordialmente porque os equipamentos da ADLER já se encontravam à disposição da Administração Distrital, a qual relutava em devolvê-los até que fosse concluída a licitação aberta para essa finalidade, in casu o Pregão n.º 17/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG, posteriormente vencido pela empresa B2BR – Business to Business Informática do Brasil. Conforme já informado, a ADLER montou e equipou todas as unidades do NA HORA. Apesar de ser a proprietária dos equipamentos, não poderia esta empresa retirá-los sem o consentimento do Estado'.

39. Na verdade, os equipamentos já estavam na SEJUS ao final de 2006 e lá continuaram pelas razões explicitadas pela própria empresa. Talvez a ADLER, neste aspecto, esteja querendo se referir aos 30 novos equipamentos fornecidos que foram acrescentados aos 52 já existentes, conforme detalhes fornecidos no trecho 8. Contudo, ainda assim, deve-se ressaltar que a equipe de auditoria não encontrou quaisquer documentos (ex. notas fiscais) comprovando que tais equipamentos fossem novos.

40. Com relação às considerações contidas no trecho 26 de que **'(...) pode ser constatado que diversos preços considerados no comparativo estavam abaixo daqueles vigentes nos anos de 2007 e 2008'**, cumpre registrar que os preços registrados na tabela correspondente estão muito acima dos valores pesquisados e



indicados na tabela de fl. 54, com elevadas variações percentuais, situadas no intervalo de 87 a 412%¹⁷.

41. Em suma, são pontos que divergem sobremaneira daqueles pesquisados e que, por isso, não devem ser considerados para efeito de cálculo da média.

42. Os trechos 27 e 28 trazem argumentos já apreciados anteriormente.

43. Por fim, no trecho 29 a ADLER busca efetuar uma comparação entre os valores pagos a ela e à empresa B2BR, afirmando que estes últimos são muito elevados. Sobre este aspecto, cabe dizer que o Tribunal vem tratando em autos próprios a avaliação do ajuste firmado pela SEJUS com a B2BR (Contrato nº 28/2008 – Processo TCDF nº 42.972/09 – v. § 26).

44. Ao final, cabe ressaltar que do valor total apurado em prejuízo, R\$ 596.959,50, a parcela não paga referida no item IV, 'a' da Decisão nº 5583/10, no montante de R\$ 162.779,60 (fl. 151), posição em 04/05/2010 (v. § 82 – fl. 84), de fato não havia sido paga até o momento de conclusão desta instrução, conforme se observa pela comparação das listagens de ordens bancárias de fls. 30/35 com as mais recentes de fls. 801/810, posição em 21/03/12 às 18:21 (fl. 801).

45. Destaque-se que em 2011 os pagamentos feitos à ADLER (UG 440101 / Gestão 00001) referem-se a Devolução COFINS exercícios anteriores / 2009 (fls. 808/810) e que em 2012 não havia registros no SIGGO sobre qualquer ordem bancária emitida em favor daquela empresa (posição em 21/03/12).

46. Assim, o valor em prejuízo a ser considerado é R\$ 434.179,90 (item IV, 'a' da Decisão nº 5583/10 – fl. 151), na data de 07/05/2010 (fl. 102), que corrigido com auxílio do sistema SINDEC desta Casa, para a data de 21/03/2012, resulta em R\$ 488.995,70 (fl. 811).

47. Por fim, informamos que a instauração de TCE determinada pelo item IV, 'b' da Decisão Plenária nº 5583/10 foi realizada pela Secretaria de Transparência e Controle no âmbito do processo nº 480.000.832/11, conforme se observa pelo Ofício nº 2326/2011-GAB-STC (fl. 812).” (grifos do original)

Diante do exposto, sugeriu-se ao eg. Plenário, “em complemento às sugestões da Informação nº 51/2011-FT (fls. 798/799), a alteração do seu item V, inclusão dos itens VI e VII e renumeração dos itens posteriores”, da seguinte forma:

I) ...

II) ...

III) ...

IV) ...

V) conhecer das alegações de defesa apresentadas pela empresa ADLER – Assessoramento Empresarial e Representações Ltda., para, no mérito, considerá-la improcedente;

¹⁷ Ar Condicionado tipo split 12.000 BTU e Switch 48 portas Tipo 1, respectivamente.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

e-DOC F1B01A41

Fl.: 933

Proc.:42964/09

Rubrica

VI) *nos termos do § 3º, art. 13 da Lei Complementar nº 1/94, considerar revel o Sr. Luiz Cláudio Freire de Souza França, em face de não ter atendido as audiências determinadas pela Decisão nº 5583/10, item III, alíneas 'a' e 'b', bem como a citação determinada pelo item IV, alínea 'a, aplicando a ele as seguintes penalidades: a) multa de acordo com as prescrições do art. 57, incisos II, III e IV da Lei Complementar nº 1/1994; b) pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração do Distrito Federal, nos termos do art. 60 da Lei Complementar nº 1/94;*

VII) *em consequência, nos termos do § 1º, art. 13 da Lei Complementar nº 1/94, determinar a cientificação dos responsáveis citados nos itens V e VI para, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, recolher aos cofres distritais o débito solidário de R\$ 488.995,70, apurado nestes autos, sob pena de suas contas serem julgadas irregulares, nos termos do art. 17, inciso III, alínea "d", da citada norma;*

VIII)...

IX) *autorizar:*

a) ...

1) ...

2) ...

b) *o retorno dos autos à SECONT, para adoção das providências pertinentes."*

As sugestões apresentadas pela equipe da força-tarefa e pela área instrutiva merecerem a concordância do Diretor da 1ª Divisão de Auditoria e do titular daquela Secretaria de Controle Externo (fl. 827-v).

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – MPJTCD, mediante o Parecer nº 605/2012–DA (fls. 829/842), após contextualizar o feito, manifestou-se da seguinte forma:

"Item II, alíneas a e b, da Decisão nº 5583/2010

(...)

9. *Em relação às considerações sobre as ilegalidades apontadas, extrai-se da defesa, que a ADLER não procurou refutar a afirmação de que serviços foram prestados sem cobertura contratual. Ao contrário, reforçou a conclusão obtida pela Equipe de Auditoria no sentido de que os serviços efetivamente foram prestados sem contrato.*

10. *As alegações no sentido de que teria sido obrigada a dar continuidade aos serviços e a permanecer com os equipamentos em operação não pode prosperar. A realização de pagamento sem cobertura contratual caracteriza a ilegalidade prevista no parágrafo único do art. 60 da Lei nº 8.666/93, podendo ensejar a nulidade dos*



pagamentos efetuados aos contratados e a aplicação de sanção ao responsável pela autorização da emissão dos empenhos. Nesse sentido, considero que as considerações apresentadas pela empresa não alteram a conclusão obtida na fase anterior.

(...)

Item III da Decisão nº 5583/2010

15. No que diz respeito ao período em que os responsáveis ocuparam cargos na SEJUS, a Unidade Técnica apresentou algumas considerações importantes para delimitar a competência.

16. Primeiramente, asseverou que o Programa Na Hora foi criado pelo Decreto nº 22.125/01, de 11/05/01, sob coordenação da então Secretaria de Estado de Gestão Administrativa do DF. A Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal, por sua vez, foi criada pelo Decreto nº 27.591/07, de 01/01/07.

17. Com a extinção da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa, com a edição do Decreto nº 27.645/07, de 18/01/07, foram transferidas para a Secretaria de Estado de Justiça, Direito Humanos e Cidadania do Distrito Federal a estrutura, as unidades vinculadas e as respectivas competências regimentais da Diretoria do Serviço de Atendimento Imediato ao Cidadão – NA HORA'.

18. Destacando que a audiência com base nas disposições do art. 161 do Decreto nº 28.212/07, de 16/08/07 (republishedo no DODF de 26/11/07, por haver saído com incorreção no original publicado no DODF de 17/08/07), que aprova o Regimento Interno da SEJUS, entendeu que os fatos anteriores não alcançariam os servidores mencionados.

19. Por isso, no tocante ao mesmo Achado nº 1 (prestação de serviços sem cobertura contratual), o então Chefe da UAG/SEJUS, Jair Cândido da Silva, no período de 08/06/07 a 30/07/07, não seria responsável pelo descumprimento do art. 161 do Regimento Interno da SEJUS, aprovado pelo Decreto nº 28.212, de 16/08/07. Nesse mesmo sentido, Antônio Temóteo dos Anjos Sobrinho, ex-Chefe da UAG/SEJUS, nos períodos de 12/01/07 a 07/06/07 e 10/04/08 a 15/09/08, só responde pelo período de 10/04/08 a 15/09/08. E Paulo César Chagas, ex-Chefe da UAG/SEJUS, de 31/07/07 a 17/10/07, responde apenas a partir de 17/08/07, data de publicação do Decreto nº 28.212/07.

20. Entendo correta a conclusão da Unidade Técnica no que diz respeito à delimitação da responsabilidade para o Achado 1. Como a responsabilidade atribuída aos servidores decorre da competência estabelecida por força do Regimento Interno da SEJUS, necessário fazer os ajustes, excluindo o Sr. Jair Cândido da Silva do rol de responsáveis.

21. Passo a analisar a responsabilidade dos envolvidos em cotejo com as determinações da Decisão nº 5583/2010.

A - Decisão nº 5583/10, item III, alínea a – audiência para fins de apresentação de justificativas:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

e-DOC F1B01A41

Fl.: 933

Proc.:42964/09

Rubrica

A1 - sob as penas dos arts. 57, II, e 60 da LC nº 1/94, quanto aos fatos narrados no item 2.1.1.2 (Achado de Auditoria nº 1 - a prestação dos serviços examinados ocorreu sem a devida cobertura contratual durante um período de aproximadamente um ano e meio, de jan/07 a jul/08), respondem:

- os ex-Chefes da Unidade de Administração Geral, até a assinatura do Contrato nº 28/08 (SEJUS x B2BR), em 07/07/08, **cujas atribuições estabelecidas no art. 161 do Decreto Distrital nº 28.212, de 16/08/07**, (Republicado no DODF de 26/11/07), **deles exigiam que perseguissem a formalização do contrato** (fls. 63/65):

- ANTÔNIO TEMÓTEO DOS ANJOS SOBRINHO – de 10/04/08 a 15/09/08;

- PAULO CÉSAR CHAGAS - de 31/07/07 a 17/10/07;

- SUELI APARECIDA DE ALMEIDA CASELLA - de 18/10/07 a 09/04/08;

22. A princípio, vale destacar, ao contrário do expedindo pelos defendentes, que ao Chefe da Unidade de Administração Geral da SEJUS, nos termos do Decreto nº 28.212/2007, competia, dentre outras atribuições, dirigir, coordenar e controlar a execução setorial de atividades de pessoal, de orçamento e finanças, planejamento, contratos e convênios, de recursos materiais, patrimônio, de transporte, documentação.

23. Portanto, de acordo com a leitura do citado ato normativo, percebe-se claramente que competia ao Chefe da UAG a adoção das medidas necessárias à regularização dos serviços corporativos de informática.

24. Além disso, o Regimento Interno da SEJUS, em seu artigo 149, era claro ao determinar que o serviço NA HORA estava inserto no âmbito das competências da Secretaria, havendo, portanto, o dever de agir por parte Chefe da Unidade de Administração Geral no sentido de não permitir a continuidade de pagamentos efetuados sem lastro contratual.

25. Quanto ao argumento expendido, de que os pagamentos se deram com base no art. 59 da Lei 8.666/93, não pode ser acolhido. Restou evidenciado que todos os pagamentos foram efetivados em clara afronta às exigências legais previstas na Lei nº. 8.666/93 e na Lei nº. 4.320/64, revelando graves irregularidades na gestão dos recursos públicos, caracterizadas pela manutenção ilegal da referida empresa como prestadora de serviços ao Distrito Federal e pela execução de procedimentos indevidos de liquidação das despesas decorrentes dos citados serviços.

26. Restou evidente que os defendentes, então Chefes da UAG, concorreram com culpa, caracterizada pela omissão em observar os ditames da Lei de Licitações e Contratos e na Lei 4.320/64, causando a manutenção ilegal de empresa prestando serviços ao Distrito Federal e o comprometimento dos procedimentos de



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

e-DOC F1B01A41

Fl.: 933

Proc.:42964/09

Rubrica

liquidação das respectivas despesas. Concluiu-se, portanto, restar evidente afronta ao art. 62 da Lei nº 8.666/93.

27. Ressalta-se que os justificantes permitiram, enquanto Chefes da Unidade de Administração Geral, a quem competia perseguir o contrato, a prestação de serviços sem a devida cobertura contratual, ocasionando perdas vultosas aos cofres do Distrito Federal.

28. Como já consignando, entende o Ministério Público que só podem vir a ser responsabilizados os gestores que ocuparam o cargo a partir de 17/08/2007. Nesse sentido, são responsáveis pelas irregularidades os seguintes gestores, os quais devem ser apenados com as sanções constantes do art.57, II, e 60 da LC nº 01/94:

- ANTÔNIO TEMÓTEO DOS ANJOS SOBRINHO - Chefe da UAG no Período de 10/04/08 a 15/09/08;

- PAULO CÉSAR CHAGAS - Chefe da UAG no Período de de 31/07/07 a 17/10/07;

- SUELI APARECIDA DE ALMEIDA CASELLA - Chefe da UAG no Período de de 18/10/07 a 09/04/08;

29. Conforme se observa da análise dos autos, os mencionados praticaram uma série de irregularidades que demonstram não apenas lacuna de competência técnica, mas, sobretudo, descaso com a coisa pública.

30. Diante do quadro apresentado, a simples penalização com multa e débito mostra-se branda, haja vista que, diante da intensa troca que ocorre entre os cargos comissionados na administração pública, nada impede que ambos possam praticar irregularidades em outros órgãos e entidades.

31. Assim, mostra-se coerente a aplicação aos responsáveis da sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública do DF.

32. Ademais, com as irregularidades apontadas causaram perdas na ordem de mais de R\$400.000,00 ao erário, impõe-se a inabilitação de cargo em comissão ou função de confiança aos acima nominados.

33. O TCU, ao julgar caso semelhante (Acórdão 3511/2011 - Plenário), onde houve pagamento sem cobertura contratual, também determinou aos gestores a inabilitação em cargo em comissão ou função de confiança:

A2 - o ex-Secretário de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania Geral do DF, até a assinatura do Contrato nº 28/08 (SEJUS x B2BR), em 07/07/08, cuja competência originária dele exigia que perseguisse a formalização do contrato:

- RAIMUNDO DA SILVA RIBEIRO NETO - de 01/01/07 a 05/08/08;

34. De acordo com o art. 105 da LODF, cabe aos Secretários de Estado exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

e-DOC F1B01A41

Fl.: 933

Proc.:42964/09

Rubrica

e entidades da administração do Distrito Federal, na área de sua competência.

35. Assim, o ex-Secretário, Sr. Raimundo da Silva Ribeiro Neto, tinha o dever de, assim que tomasse conhecimento das irregularidades, tomar medidas imediatas no sentido de interromper as ilegalidades que estavam ocorrendo.

36. Ao contrário, assumiu a pasta no dia 01/01/2007, e somente em 07/07/08, quase um ano e seis meses depois, procedeu a assinatura de contrato com outra empresa. Logo, autorizou pagamentos irregulares durante o período compreendido entre 01/01/2007 à 07/07/08.

37. Ademais, a auditoria também verificou que os valores de locação mensal cobrados pela empresa ADLER foram excessivamente elevados, atingindo em poucos meses o valor de aquisição dos bens. Neste sentido foi constatado que, dos 14 equipamentos pesquisados, 8 tiveram o valor de aquisição médio atingido com apenas 6 parcelas de locação mensal, tornando a opção de locação extremamente desvantajosa. Dois deles, inclusive, em apenas 3 meses.

38. Também, entendo que se mostra coerente a aplicação ao ex-Secretário da sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública do DF, em virtude do descaso demonstrado com a coisa pública.

39. Dessa forma, deve o Tribunal apenar o Sr. Raimundo Ribeiro da Silva Neto, com as sanções constantes do art.57, II, e 60 da LC nº 01/94.

A3 - o ex-Diretor-Geral do Serviço de Atendimento Imediato ao Cidadão, cuja 'Justificativa Quanto à Permanência da Empresa sem Cobertura Contratual', vista às fls. 237/239-Anexo II e 55/57-Anexo III, foi omissa com relação à necessidade da celebração de contrato:

LUIZ CLÁUDIO FREIRE DE SOUZA FRANÇA – NA HORA (fl. 262-Anexo II e 80-Anexo III).

40. Ressalta-se que sua competência está descrita no artigo 150 do Decreto nº 28.212/07, competindo-lhe, dentre outras atribuições, gerenciar a implantação das unidades do Na Hora, bem como aprovar projetos básicos e acompanhar processos de licitação referentes à implantação das unidades do Na Hora.

41. Portanto, estava dentro de sua esfera de atribuições tomar medidas no sentido de formalizar o ajuste em questão, devendo, conforme fundamentação constante do parágrafo anterior, ser-lhe aplicada as sanções constantes do art.57, II, e 60 da LC nº 01/94.

B - Decisão nº 5583/10, item III, alínea b – audiência para fins de apresentação de justificativas:

B1 - sob as penas do art. 57, II, da LC nº 1/94, pela não observância aos comandos legais presentes na Lei nº 4.320/64,



no que diz respeito à etapa da liquidação da despesa, em especial o item III, art. 2º, art. 63, não existindo nos processos examinados, quaisquer documentos (ex. Ordens de Serviço), indicando o momento da entrada e saída dos bens locados nas unidades do Na Hora, nem tampouco as manutenções realizadas nestes equipamentos, em razão de possíveis defeitos ou problemas ocorridos;

B2 - sob as penas do art. 57, II, da LC nº 1/94, pela não observância ao princípio básico de segregação de funções, em virtude da concentração do atesto e reconhecimento de serviços prestados em seis localidades diferentes por um único servidor (Diretor Geral do NA HORA à época) (fls. 95, 63, 65, 67/73, 149, 151, 153, 155/162, 190/199 e 201/204-Anexo II, bem como 81/102, 104, 106, 117, 147-Anexo III);

B3 - sob as penas do art. 57, II, da LC nº 1/94, pela emissão de atestos das notas fiscais muito tempo após a suposta execução dos serviços, dificultando a conferência física e as condições de funcionamento e de manutenção dos equipamentos;

B4 - sob as penas dos incisos III e IV do art. 57 da LC nº 1/94, pela ausência de estudos técnicos que demonstrassem ser a locação mais vantajosa que a aquisição, configurando a prática de ato de gestão antieconômico e desobedecendo o item II da Decisão Plenária nº 2517/02;

B5 - sob as penas do inciso II do art. 57 da LC nº 1/94, pela admissão de proposta de preços oriunda da empresa VERTAX, antiga CONECTA, signatária do Contrato nº 14/06, último ajuste oficial relativo aos equipamentos locados (2º semestre/06), conforme relatado nos itens 2.1.1 – Achado de Auditoria nº 1 e 2.2.2 – Achado de Auditoria nº 3, colocando sob séria suspeita a idoneidade dos processos de reconhecimento de dívidas examinados, responde:

- LUIZ CLÁUDIO FREIRE DE SOUZA FRANÇA – Diretor Geral do Serviço de Atendimento Imediato ao Cidadão – NA HORA à época (fl. 262-Anexo II), em razão das atribuições estabelecidas no inciso IV, art. 149 do Decreto Distrital nº 28.212, de 16/08/07, (Republicado no DODF de 26/11/07) e das atribuições previstas no art. 13 do Decreto Distrital nº 16.098/94 (Executor de Contrato);

42. O Sr. Luiz Cláudio Freire de Souza França, na qualidade de Diretor Geral do Serviço de Atendimento Imediato ao Cidadão – NA HORA, detinha a obrigação de zelar pelo bom funcionamento da unidade, inclusive pela aplicação da legislação financeira e de execução orçamentária aos serviços prestados por terceiros. Verifica-se dos parágrafos acima verdadeiro descontrole dos serviços. Não havia o mínimo de comprometimento com a legislação. Serviços eram realizados à margem das normas de execução orçamentária.

43. Não obstante as graves acusações, o Sr. Luiz Cláudio não compareceu aos autos para refutar as afirmações do Corpo Instrutivo. Por isso, entendo que o Tribunal deve declarar a revelia



do responsável e aplicar-lhe a multa prevista no art. 57, inciso II, da Lei Complementar nº 1/94.

C - Decisão nº 5583/10, item III, alínea b – audiência para fins de apresentação de justificativas:

C1 - sob as penas do inciso II do art. 57 da LC nº 1/94, pela emissão de atos autorizadores de pagamento de despesas inválidos, decorrentes de flagrante afronta aos comandos legais previstos na Lei de Licitações e Contratos e na Lei nº 4.320/64 (item 2.1.1 - Achado de Auditoria nº 1) – da parte dos ex-Chefes da UAG, cujas atribuições estabelecidas no art. 161 do Decreto nº 28.212, de 16/08/07, (Republicado no DODF de 26/11/07), deles exigia que perseguissem o cumprimento dos dispositivos legais mencionados;

C2 - sob as penas dos incisos III e IV do art. 57 da LC nº 1/94, pela ausência de estudos técnicos que demonstrassem ser a locação mais vantajosa que a aquisição, configurando a prática de ato de gestão antieconômico e desobedecendo o item II da Decisão Plenária nº 2517/02;

C3 - sob as penas do inciso II do art. 57 da LC nº 1/94, pela admissão de proposta de preços oriunda da empresa VERTAX, antiga CONECTA, signatária do Contrato nº 14/06, último ajuste oficial relativo aos equipamentos locados (2º semestre/06), conforme relatado nos itens 2.1.1 – Achado de Auditoria nº 1 e 2.2.2 – Achado de Auditoria nº 3, colocando sob séria suspeita a idoneidade dos processos de reconhecimento de dívidas examinados, respondem:

- SUELI APARECIDA DE ALMEIDA CASELLA - fl. 89 – Anexo II - despesas referentes ao período de jan/07 a set/07;

- SÁVIO TOLÊDO CAVALLARI - fls. 276 e 279 – Anexo II - despesas referentes ao período de out/07 a dez/07 e jan/08 a out/08;

- RENATO RICARDO ALVES - fls. 17/19, 124/125 e 127 – Anexo III - despesas referentes a nov/08 e dez/08;

44. Nos termos do art. 161 do Decreto Distrital nº 28.212, de 16.8.2007, os defendentes eram responsáveis pela Unidade de Administração Geral, unidade orgânica de direção superior, diretamente subordinada ao Secretário de Estado, a quem competia dirigir, coordenar e controlar a execução setorial de atividades de finanças e contrato.

45. A autorização para pagamento de despesas ilegais, não observando especialmente a Lei de Licitações e a Lei 4.320/64, configura a infração prevista no art. 57, inciso II, da Lei Complementar nº 1/94.

46. A Sra. Sueli Aparecida de Almeida Casella, embora tenha exercido o cargo antes da entrada em vigor do referido Decreto, autorizou o pagamento de despesas sem observar os ditames legais. Por isso, deverá responder pelas irregularidades assim como os demais.



D - Decisão nº 5583/10, item III, alínea b – audiência para fins de apresentação de justificativas:

D1 - sob as penas do inciso III do art. 57 da LC nº 1/94, pelo pagamento dos valores reclamados pela empresa ADLER referentes aos demonstrativos (1) de fls. 184/188 – Anexo II (Nota Fiscal (NF) nº 3138 - Manutenção Adaptativa de Rede Elétrica e Lógica no NA HORA Sobradinho – R\$ 208.537,83), (2) de fls. 204/212 – Anexo II (NF nº 3137 - Manutenção Adaptativa de Rede Elétrica e Lógica no NA HORA Ceasa – R\$ 486.191,81) e (3) de fl. 151 – Anexo II (NF nº 3152 - Adaptação de Rede Rod. – R\$ 248.553,95), totalizando R\$ 943.283,59, sem haver a justificativa de preços nos termos preconizados pelo inciso III, § único, art. 26 da Lei 8.666/93, indicando claro ato de gestão antieconômico praticado contra o erário distrital, respondem:

- SÁVIO TOLÊDO CAVALLARI - fl. 279 – Anexo II - despesas referentes ao período de jan/08 a out/08 – v. tabela § 60 – nota de rodapé 15;

- LUIZ CLÁUDIO FREIRE DE SOUZA FRANÇA – Diretor Geral do Serviço de Atendimento Imediato ao Cidadão – NA HORA à época - fl. 262 – Anexo II;

47. Por último, não merecem prosperar as alegações de defesa. O Sr. Sávio alegou que os recursos para pagamento já estavam assegurados, inscritos em restos a pagar, e o pagamento foi realizado para evitar o enriquecimento sem causa por parte da administração. Admitiu conhecer a irregularidade (prestação de serviços sem cobertura contratual), mas ainda assim os pagamentos à empresa foram realizados.

48. Nesse caso, entendo que as razões de justificativa não merecem prosperar, pois o pagamento referido foi realizado sem a devida justificativa de preços para os contratos, o que impõe como medida a aplicação da multa prevista no art. 57 da Lei Complementar nº 1/94.

Item IV.a da Decisão nº 5583/2010

49. O Tribunal determinou a conversão dos autos em tomada de contas especial - TCE, na forma do art. 46 da Lei Complementar nº 1/94, no tocante ao prejuízo apontado no valor de R\$ 596.959,50, decorrente da soma da parcela paga de R\$ 434.179,90 (v. coluna 11 da fl. 60), relativa ao Processo nº 400.000.599/07 (v. tabela do § 60), com a parcela não paga de R\$ 162.779,60 (v. coluna 10 da fl. 60), referente ao Processo nº 400.001.529/09, e autorizou a citação do Sr. LUIZ CLÁUDIO FREIRE DE SOUZA FRANÇA – Diretor Geral do Serviço de Atendimento Imediato ao Cidadão – NA HORA, e da empresa Adler, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem as alegações de defesa.

50. A equipe de auditoria verificou que as despesas referentes aos serviços prestados pela ADLER para locação de equipamentos de informática e para manutenção das redes lógica e elétrica vinculadas ao Programa NA HORA, no período de janeiro de 2007 a setembro de 2009, foram executados sem o instrumento contratual



competente, ausência que acabou acarretando relação extremamente desvantajosa para a Administração Pública.

51. A ausência de contrato para lastrear as relações entre as partes determinou, além de falhas operacionais inerentes à falta de previsão clara das exigências para execução dos serviços, irregularidades decorrentes da ausência de parâmetros mínimos para fiscalização e controle da efetividade dos serviços prestados, as quais tiveram reflexos diretos na liquidação das despesas, representando afronta não apenas à Lei de Licitações e à Lei nº. 4.320/64, bem como reflexos na economicidade do ajuste, o que gerou elevados prejuízos ao erário.

52. O valor do prejuízo, da ordem de R\$ 596.959,50 (quinhentos e noventa e seis mil, novecentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos), foi calculado levando-se em conta o que a empresa ADLER receberia caso tivesse vendido os equipamentos. Assim, o prejuízo foi calculado com base no preço pago à empresa ADLER pela Administração, excluído o valor correspondente à aquisição dos equipamentos. Dessa forma, a remuneração da empresa ADLER deveria limitar-se, a título de indenização e compensação dos custos, aos preços de aquisição dos bens, conforme preceitua o § único do art. 59 da Lei de Licitações e Contratos. Cabe esclarecer que, não obstante acolhida pelo Tribunal, esta não foi à tese defendida por este membro do Ministério Público, pois, ante a ausência de contrato e a presunção de má-fé do contratante, deveria ser devolvido o valor integral efetivamente pago.

53. Em defesa, a empresa ADLER arguiu que a Administração relutou em devolver os equipamentos até que fosse concluída a licitação; que deu continuidade aos serviços prestados pela contratada anterior e a cobrança dos serviços respeitou as regras definidas para o negócio; que foi realizada pesquisa de mercado previamente com empresas do ramo; que os preços eram inferiores às cotações obtidas no mercado; que, embora inexistente o termo do contrato, os serviços foram efetivamente prestados; que a conclusão acerca do prejuízo foi baseada em interpretação equivocada da Lei, tendo em vista que o art. 59 prevê a obrigação de a administração ressarcir aquilo que foi efetivamente realizado além de outros prejuízos regularmente comprovados; que a opção pela locação partiu da Administração Pública, que não poderia alterar a regra quando do ressarcimento à contratada; que seria grave atribuir à ADLER eventual erro cometido por agente público no exercício de suas atribuições; que a má-fé não pode ser presumida, mas precisa ser comprovada; que há posicionamento claro na doutrina e jurisprudência no sentido de que a Administração não pode deixar de pagar pelo serviço prestado sob pena de enriquecimento sem causa; que os custos de locação são sempre superiores quando comparados com os de aquisição; que não foram considerados no cálculo fatores como custo de depreciação dos equipamentos adquiridos, o custo financeiro de operação, a variação do câmbio tendo em vista a cotação em dólar dos equipamentos; que os períodos referentes à aquisição e locação não são os mesmos; que os valores estão em sintonia com preços praticados pela



Administração Pública, conforme relação apresentada; que os preços cobrados são inferiores aos do contrato sucedâneo firmado com a B2BR; que outros equipamentos foram disponibilizados pela empresa quando da prestação dos serviços, como switches, roteadores, no breaks, estabilizadores, equipamentos de climatização etc); que foram encaminhados expedientes para o gestor do NA HORA, o que demonstraria a relutância em devolver os equipamentos e que os serviços seriam de utilidade pública não sendo recomendada a paralisação dos atendimentos.

54. *Todas essas afirmações foram analisadas pela Secretaria de Auditoria, que reafirmou a conclusão obtida na fase anterior e pugnou pela rejeição da defesa da empresa ADLER e pela cientificação desta e do Sr. LUIZ CLÁUDIO FREIRE DE SOUZA FRANÇA, considerado revel, para recolherem o débito solidário de R\$488.995,70. Pugnou, ainda, por que seja aplicado a este a multa prevista no art. 57 da Lei Complementar 1/94 bem como a inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito do Distrito Federal.*

55. *Importante registrar que, dentre as inúmeras constatações obtidas no curso das investigações objeto da Operação Caixa de Pandora, foram detectados indícios de procedimento ilícito utilizado pelas empresas de tecnologia da informação sediadas no Distrito Federal que locavam equipamentos e serviços de informática a órgãos distritais sem que efetivamente os bens patrimoniais fossem instalados na quantidade e especificações contratadas, fato que teria acarretado vultoso prejuízo aos cofres públicos. Ressalte-se, inclusive, que a empresa em questão também figura no rol de entidades apontadas no Inquérito nº. 650/DF – Processo STJ nº. 20091886665 como integrante de esquema para prática de ilícitos contra o patrimônio distrital.*

56. *Verifica-se que os serviços em apreço estavam inicialmente regulados pelo Contrato nº. 14/06, firmado entre a CODEPLAN e a empresa CONECTA Tecnologia em Sistemas de Comunicação Ltda. (atual VERTAX Redes e Telecomunicações Ltda.), sendo posteriormente continuados pela empresa ADLER, sem que reste evidenciado que os equipamentos tenham sido efetivamente substituídos, o que pode ter ensejado o pagamento em duplicidade por parte da Administração Pública, e sem a formalização do correspondente contrato de locação.*

57. *Nesse cenário, a empresa ADLER não pode alegar boa-fé como mote para afastar sua responsabilidade. Sequer poderia afirmar que a má-fé não restou comprovada nos autos. A má-fé, no caso, decorre justamente da não observância da Lei de Licitações, em especial do art. 60, parágrafo único, que considera nulo o ajuste ante a ausência de forma escrita, não produzindo qualquer efeito no mundo jurídico.*

58. *Tentou a empresa apresentar argumentos para justificar a manutenção de prestação de serviço de forma ilegal sob a alegação de essencialidade dos serviços à população, de responsabilidade exclusiva do gestor e de impossibilidade de retirada dos*



equipamentos do local. Contudo, os argumentos não retiram a parcela de responsabilidade da empresa. Na verdade, tanto a empresa como o Diretor Geral do NA HORA concorreram para a ilegalidade descrita nos autos ao manter a prestação dos serviços sem cobertura contratual.

59. Cabe lembrar que a prestação de serviços sem o instrumento contratual formalizado impede a verificação da regularidade do ajuste, dos pagamentos, impossibilita o acompanhamento pelos órgãos de controle e facilita a fraude na execução. Não há qualquer parâmetro para se aferir a regularidade do que foi prestado e pago. Aliás, se não havia contrato, não havia regra. E se não havia regra previamente definida, como a empresa pode exigir pagamento por equipamentos locados?

60. No processo, o Tribunal optou pelo cálculo do prejuízo de forma bastante conservadora, exigindo a recomposição do erário somente do valor pago acima do preço de aquisição dos equipamentos.

61. Nesses termos, entendo correta a conclusão da Unidade Técnica no sentido da rejeição das defesas e cientificação dos responsáveis para recolherem o débito apurado nos autos. Os responsáveis devem responder, solidariamente, pelo prejuízo na prestação dos serviços de locação de equipamentos de informática e manutenção de redes lógica e elétrica, vinculadas ao Programa NA HORA, cobradas pela empresa ADLER à SEJUS/DF, no período de janeiro de 2007 a setembro de 2009.” (grifos do original)

Por todo o exposto, o nobre representante do *Parquet* especial, Dr. Demóstenes Tres Albuquerque,

“62. (...) acompanha as conclusões da Secretaria de Auditoria, sugerindo ao Plenário o acolhimento das sugestões de fl. 827, devendo ser cientificados para recolher o débito de R\$ 488.995,70 a empresa ADLER Assessoramento Empresarial e Representações Ltda. e o Sr. LUIZ CLÁUDIO FREIRE DE SOUZA FRANÇA.

63. Divergindo dos Auditores que compõem a Força-Tarefa designada pela Portaria nº 128, de 14.4.2011, propõe a rejeição das razões de justificativa dos Srs. **ANTÔNIO TEMOTEO DOS ANJOS SOBRINHO, PAULO CÉSAR CHAGAS, SUELI APARECIDA DE ALMEIDA CASELLA, RAIMUNDO DA SILVA RIBEIRO NETO, SÁVIO TOLÊDO CAVALLARI e RENATO RICARDO ALVES** e a declaração de revelia dos Srs. **LUIZ CLÁUDIO FREIRE DE SOUZA FRANÇA, e JAIR CÂNDIDO DA SILVA**. Em consequência aplicar a multa prevista no art. 57 da Lei Complementar nº 1/94 e a pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão e função de confiança conforme descrito nos parágrafos 21 a 48 deste parecer. Deixar de aplicar sanção ao Sr. JAIR CÂNDIDO DA SILVA em face dos argumentos apresentados nos parágrafos 16 a 20.” (grifos do original)

É o relatório.



VOTO

Este processo busca verificar a regularidade dos atos administrativos referentes aos pagamentos efetuados pela Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal – Sejus/DF à empresa Adler Assessoramento Empresarial e Representações Ltda., relativos aos serviços de Locação e Manutenção de Rede Elétrica e Lógica vinculados ao Serviço de Atendimento Imediato ao Cidadão – Programa Na Hora, no período de janeiro/2007 a janeiro/2010.

Nesta fase, examinam-se as razões de justificativa trazidas aos autos em face dos itens “III-a” e “III-b” da Decisão nº 5.583/10, bem como as alegações de defesa prestadas em razão do item “IV-a” dessa mesma deliberação.

A fim de elucidar a questão, considero necessário delimitar as responsabilidades dos servidores chamados ao feito, da seguinte forma:

“A – item ‘III-a’ da Decisão nº 5583/10 – audiência para fins de apresentação de justificativas, sob as penas dos arts. 57, II, e 60 da LC nº 1/94, quanto aos fatos narrados no item 2.1.1.2 do Achado de Auditoria nº 1 (a prestação dos serviços examinados ocorreu sem a devida cobertura contratual durante um período de aproximadamente um ano e meio, de jan/07 a jul/08), respondem:

- os ex-Chefes da Unidade de Administração Geral, até a assinatura do Contrato nº 28/08 (SEJUS x B2BR), em 07/07/08, ***cujas atribuições estabelecidas no art. 161 do Decreto Distrital nº 28.212, de 16/08/07, (Republicado no DODF de 26/11/07), deles exigiam que perseguissem a formalização do contrato (fls. 63/65):***

- ANTÔNIO TEMÓTEO DOS ANJOS SOBRINHO - de 12/01/07 a 07/06/07 e de 10/04/08 a 15/09/08;

- JAIR CÂNDIDO DA SILVA - de 08/06/07 a 30/07/07;

- PAULO CÉSAR CHAGAS - de 31/07/07 a 17/10/07;

- SUELI APARECIDA DE ALMEIDA CASELLA - de 18/10/07 a 09/04/08;

- o ex-Secretário de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania Geral do DF, até a assinatura do Contrato nº 28/08 (SEJUS x B2BR), em 07/07/08, ***cuja competência originária dele exigia que perseguisse a formalização do contrato:***

- RAIMUNDO DA SILVA RIBEIRO NETO - de 01/01/07 a 05/08/08;

- o ex-Diretor-Geral do Serviço de Atendimento Imediato ao Cidadão, ***cuja ‘Justificativa Quanto à Permanência da Empresa sem Cobertura Contratual’, vista às fls. 237/239-Anexo II e 55/57-Anexo III, foi omissa com relação à necessidade da celebração de contrato:***

- LUIZ CLÁUDIO FREIRE DE SOUZA FRANÇA – NA HORA (fl. 262-Anexo II e 80-Anexo III);



B - item 'III-b' da Decisão nº 5583/10 – audiência para fins de apresentação de justificativas:

B1 - sob as penas do art. 57, II, da LC nº 1/94, pela não observância aos comandos legais presentes na Lei nº 4.320/64, no que diz respeito à etapa da liquidação da despesa, em especial o item III, art. 2º, art. 63, não existindo nos processos examinados, quaisquer documentos (ex. Ordens de Serviço), indicando o momento da entrada e saída dos bens locados nas unidades do Na Hora, nem tampouco as manutenções realizadas nestes equipamentos, em razão de possíveis defeitos ou problemas ocorridos;

B2 - sob as penas do art. 57, II, da LC nº 1/94, pela não observância ao princípio básico de segregação de funções, em virtude da concentração do atesto e reconhecimento de serviços prestados em seis localidades diferentes por um único servidor (Diretor Geral do NA HORA à época) (fls. 95, 63, 65, 67/73, 149, 151, 153, 155/162, 190/199 e 201/204-Anexo II, bem como 81/102, 104, 106, 117, 147-Anexo III);

B3 - sob as penas do art. 57, II, da LC nº 1/94, pela emissão de atestos das notas fiscais muito tempo após a suposta execução dos serviços, dificultando a conferência física e as condições de funcionamento e de manutenção dos equipamentos;

B4 - sob as penas dos incisos III e IV do art. 57 da LC nº 1/94, pela ausência de estudos técnicos que demonstrassem ser a locação mais vantajosa que a aquisição, configurando a prática de ato de gestão antieconômico e desobedecendo o item II da Decisão Plenária nº 2517/02;

B5 - sob as penas do inciso II do art. 57 da LC nº 1/94, pela admissão de proposta de preços oriunda da empresa VERTAX, antiga CONECTA, signatária do Contrato nº 14/06, último ajuste oficial relativo aos equipamentos locados (2º semestre/06), conforme relatado nos itens 2.1.1 – Achado de Auditoria nº 1 e 2.2.2 – Achado de Auditoria nº 3, colocando sob séria suspeita a idoneidade dos processos de reconhecimento de dívidas examinados, responde:

- LUIZ CLÁUDIO FREIRE DE SOUZA FRANÇA – Diretor Geral do Serviço de Atendimento Imediato ao Cidadão – NA HORA à época (fl. 262-Anexo II), **em razão das atribuições estabelecidas no inciso IV, art. 149 do Decreto Distrital nº 28.212, de 16/08/07, (Republicado no DODF de 26/11/07) e das atribuições previstas no art. 13 do Decreto Distrital nº 16.098/94 (Executor de Contrato);**

C - item 'III-b' da Decisão nº 5583/10 – audiência para fins de apresentação de justificativas:



C1 - sob as penas do inciso II do art. 57 da LC nº 1/94, pela emissão de atos autorizadores de pagamento de despesas inválidos, decorrentes de flagrante afronta aos comandos legais previstos na Lei de Licitações e Contratos e na Lei nº 4.320/64 (item 2.1.1 - Achado de Auditoria nº 1) – da parte dos ex-Chefes da UAG, cujas atribuições estabelecidas no art. 161 do Decreto nº 28.212, de 16/08/07, (Republicado no DODF de 26/11/07), deles exigia que perseguissem o cumprimento dos dispositivos legais mencionados;

C2 - sob as penas dos incisos III e IV do art. 57 da LC nº 1/94, pela ausência de estudos técnicos que demonstrassem ser a locação mais vantajosa que a aquisição, configurando a prática de ato de gestão antieconômico e desobedecendo o item II da Decisão Plenária nº 2517/02;

C3 - sob as penas do inciso II do art. 57 da LC nº 1/94, pela admissão de proposta de preços oriunda da empresa VERTAX, antiga CONECTA, signatária do Contrato nº 14/06, último ajuste oficial relativo aos equipamentos locados (2º semestre/06), conforme relatado nos itens 2.1.1 – Achado de Auditoria nº 1 e 2.2.2 – Achado de Auditoria nº 3, colocando sob séria suspeita a idoneidade dos processos de reconhecimento de dívidas examinados, respondem:

- SUELI APARECIDA DE ALMEIDA CASELLA - fl. 89 – Anexo II - despesas referentes ao período de jan/07 a set/07;

- SÁVIO TOLÊDO CAVALLARI - fls. 276 e 279 – Anexo II - despesas referentes ao período de out/07 a dez/07 e jan/08 a out/08;

- RENATO RICARDO ALVES - fls. 17/19, 124/125 e 127 – Anexo III - despesas referentes a nov/08 e dez/08;

D – item 'III-b' da Decisão nº 5583/10 – audiência para fins de apresentação de justificativas, sob as penas do inciso III do art. 57 da LC nº 1/94, pelo pagamento dos valores reclamados pela empresa ADLER referentes aos demonstrativos (1) de fls. 184/188 – Anexo II (Nota Fiscal (NF) nº 3138 - Manutenção Adaptativa de Rede Elétrica e Lógica no NA HORA Sobradinho – R\$ 208.537,83), (2) de fls. 204/212 – Anexo II (NF nº 3137 - Manutenção Adaptativa de Rede Elétrica e Lógica no NA HORA Ceasa – R\$ 486.191,81) e (3) de fl. 151 – Anexo II (NF nº 3152 - Adaptação de Rede Rod. – R\$ 248.553,95), totalizando R\$ R\$ 943.283,59, sem haver a justificativa de preços nos termos preconizados pelo inciso III, § único, art. 26 da Lei 8.666/93, indicando claro ato de gestão antieconômico praticado contra o erário distrital, respondem:

- SÁVIO TOLÊDO CAVALLARI - fl. 279 – Anexo II - despesas referentes ao período de jan/08 a out/08 – v. tabela § 60 – nota de rodapé 15;

- LUIZ CLÁUDIO FREIRE DE SOUZA FRANÇA – Diretor Geral do Serviço de Atendimento Imediato ao Cidadão – NA HORA à época - fl. 262 – Anexo II;



E - item 'IV-a' da Decisão nº 5583/10 – citação para fins de apresentação de defesa, em virtude da conversão dos autos em TCE, respondem, em grau de solidariedade:

- SUELI APARECIDA DE ALMEIDA CASELLA;
- SÁVIO TOLÊDO CAVALLARI;
- RENATO RICARDO ALVES;
- LUIZ CLÁUDIO FREIRE DE SOUZA FRANÇA;
- empresa ADLER.”

Preliminarmente, destaco que os Srs. **Luiz Cláudio Freire de Souza França** (então Diretor-Geral do Serviço de Atendimento Imediato ao Cidadão – Na Hora) e **Jair Cândido da Silva** (Chefe da UAG/SEJUS, no período de 08.06.07 e 30.07.07) não se manifestaram acerca das irregularidades em apuração, embora devidamente cientificados (fls. 182 e 187).

Da mesma forma, a **Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal – Sejus/DF** não apresentou qualquer esclarecimento acerca das impropriedades apontadas no Relatório de Auditoria nº 11/10, em atenção ao item II da Decisão nº 5.583/10 (de caráter facultativo).

As razões de justificativa e as alegações de defesa, para cada caso, foram juntadas aos autos, em atenção à Decisão nº 5.583/10, da seguinte forma: pela empresa **Adler Assessoramento Empresarial e Representações Ltda.**, em face do item “IV-a” (fls. 190/207); pelo Sr. **Renato Ricardo Alves**, em face dos itens “III-b” e “IV-a” (fls. 291/304); pelo Sr. **Sávio Tolêdo Cavallari**, em face dos itens “III-b” e “IV-a” (fls. 352/361); pela Sra. **Sueli Aparecida de Almeida Casella**, em face dos itens “III-a”, “III-b” e “IV-a” (fls. 437/465); pelo Sr. **Antônio Temóteo dos Anjos Sobrinho**, em face do item “III-a” (fls. 521/550); pelo Sr. **Raimundo da Silva Ribeiro Neto**, em face do item “III-a” (fls. 562/591); e pelo Sr. **Paulo César Chagas**, em face do item “III-a” (fls. 01/81 do Anexo XI).

Inicialmente, em harmonia com a equipe da força-tarefa e com o representante do *Parquet* especial, com o ajuste que faço, entendo que o Sr. Jair Cândido da Silva, embora silente nestes autos, deve ser excluído do rol de responsáveis pelo descumprimento do art. 161¹⁸ do Regimento Interno da Sejus/DF (motivo pelo qual foi chamado aos autos).

Isso porque o aludido responsável apenas ocupou a chefia da UAG/Sejus/DF no período de 08.06.07 a 30.07.07, ou seja, antes da aprovação do RI daquela Secretaria, que somente ocorreu em 16.08.07, por meio do Decreto nº 28.212; não podendo, portanto, ser responsabilizado por tal fato.

Quanto às razões de justificativa e alegações de defesa apresentadas pelos responsáveis, verifico que, enquanto a equipe da força-tarefa propõe a procedência dos argumentos prestados, o nobre Procurador-Geral do MPJTCD sugere a improcedência de todos os esclarecimentos, com a conseqüente

¹⁸ “Art. 161 À Unidade de Administração Geral, unidade orgânica de direção superior, diretamente subordinada ao Secretário de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal, compete:

I - **dirigir, coordenar e controlar a execução setorial de atividades de pessoal, de orçamento e finanças, planejamento, contratos e convênios, de recursos materiais, patrimônio, de transporte, documentação e comunicação administrativa, e engenharia; (...)**” (grifou-se)



aplicação de penalidades (multa e inabilitação para exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública do DF, nos termos dos arts. 57 e 60 do RI/TCDF, respectivamente, a todos os envolvidos).

Com as devidas vênias aos que pensam o contrário, entendo que o encaminhamento que merece acolhida é o proposto pela equipe da força-tarefa e pela área instrutiva.

Conforme se verifica nos autos, a condução do Programa Na Hora apresentava problemas de continuidade administrativa. A prestação dos serviços inicialmente ocorreu sob a coordenação da Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal – SGA/DF, nos termos dos Contratos nºs 10/02 e 24/04, firmados com a Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central – Codeplan, sem licitação¹⁹, havendo essa Companhia, de modo ilegal, terceirizado os serviços.

Somente em 18.01.07, com a edição do Decreto nº 27.645/07, o Programa Na Hora foi transferido à Sejus/DF, já constando com administração própria. Lembro que o Serviço de Atendimento Imediato ao Cidadão – Na Hora, foi instituído pelo Decreto nº 22.125, de 11.05.01.

A partir do término da vigência do Contrato nº 24/04, buscou-se, já no âmbito da Sejus/DF, a viabilização da continuidade dos serviços prestados à população do DF. Para tanto, foi iniciado processo licitatório para a contratação de empresa especializada (tendo em conta a impossibilidade de a Codeplan continuar prestando tais serviços, em obediência ao Decreto nº 27.754, de 07.03.07).

Destaco, ainda, que, enquanto o Programa Na Hora ficou sob a responsabilidade da SGA/DF, não foram adotadas naquela Secretaria as medidas cabíveis para deflagração de procedimento licitatório, com o intuito de suceder ao Contrato nº 24/04. Somente após a ausência de amparo contratual é que as medidas cabíveis passaram a ser tomadas; porém, já no âmbito da Sejus/DF.

Nesse sentido, “a fim de manter ininterrupta a prestação dos serviços públicos à população do Distrito Federal, à medida que o processo licitatório tramitava, a Diretoria do Na Hora optou pela manutenção dos serviços de locação dos equipamentos (...), imprescindíveis para manter o funcionamento contínuo dos sistemas de informática, para as Unidades do Na Hora” (grifei).

Assim, os pagamentos efetuados à empresa Adler decorreram dos serviços prestados durante o lapso temporal em que o Programa Na Hora ficou sem amparo contratual. Ou seja, entre o término da vigência do Contrato nº 24/04 e antes da assinatura do Contrato nº 28/08 (pactuado entre a Sejus/DF e a empresa B2BR – Business to Business Informática do Brasil Ltda., em 07.07.08, decorrente do Pregão Presencial nº 117/07).

Destaco, ainda, que os pagamentos efetuados à empresa Adler pela Sejus/DF, a título de reconhecimento de dívida, seguiram a orientação da Corregedoria-Geral do Distrito Federal, com fundamento no art. 59, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, consoante destacado pelos ex-Chefes da UAG/Sejus chamados ao feito. Para reforçar a questão, trago à baila tal mandamento legal:

¹⁹ As irregularidades observadas àquela época estão sendo examinadas nos Processos nos 3.464/04 e 30.075/06.



“Art. 59. A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

Parágrafo único. A nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.” (grifei)

Considerando que o ente público não pode se enriquecer ilicitamente ante a prestação de serviços efetivamente executados, os pagamentos efetuados pelos serviços de locação e manutenção de rede elétrica e lógica, atestados pelo então Diretor-Geral do Na Hora, Sr. Luiz Cláudio Freire de Souza França, tornam-se cabíveis. Tal fato, porém, não significa dizer que as quantias requeridas pela empresa Adler estivessem adequadas aos valores praticados pelo mercado.

Acerca da regularidade dos valores pagos, não obstante as alegações de defesa carreadas aos autos em atenção ao item “IV-a” da Decisão nº 5.583/10, observo que a 1ª Divisão de Auditoria afirmou que os pagamentos efetuados pela Sejus/DF à empresa Adler, referentes ao período de jan/07 a out/08, contemplaram um **prejuízo de R\$ 434.179,90** (com data de referência de 07.05.10). Esse dano, atualizado pelo Sindec/TCDF, para o exercício de 2012, resulta em um montante de R\$ 488.995,70 (fl. 811).

Ante todo o exposto, tendo por base os argumentos lançados nas Informações nºs 51/2011-FT (fls. 716/799) e 12/2012 (fls. 813/827), considero procedentes as razões de justificativa e as alegações de defesa (conforme o caso) prestadas pelos Srs. Antônio Temóteo dos Anjos Sobrinho, Paulo César Chagas e Raimundo da Silva Ribeiro Neto, em relação ao item “III-a” da Decisão nº 5.583/10, pelos Srs. Sávio Tolêdo Cavallari e Renato Ricardo Alves, em atenção aos itens “III-b” e “IV-a” da mesma deliberação plenária, e pela Sra. Sueli Aparecida de Almeida Casella, por conta dos itens “III-a”, “III-b” e “IV-a” desse *decisum*.

Tendo em conta que o Sr. Luiz Cláudio Freire de Souza França não se manifestou nos autos acerca das falhas apontadas nos itens “III-a”, “III-b” e “IV-a” da multicitada deliberação, cabe ao Plenário considerá-lo revel, para todos os efeitos, nos termos do art. 13, § 3º, da Lei Complementar nº 01/94.

Por conta disso, deve o Tribunal aplicar-lhe as sanções cabíveis (multa prevista no art. 57, incisos II, III, IV, da LC nº 01/94, fixada em seu valor máximo, bem como pena de inabilitação para ocupação de cargo em comissão ou função de confiança, por um período de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 60 da Lei Orgânica do TCDF), além de imputar-lhe o débito ora apurado. Destaco que são inúmeras e graves as irregularidades que mereceram a audiência do Sr. Luiz Cláudio.

Por fim, ante a improcedência das alegações de defesa encaminhadas pela empresa Adler Assessoramento Empresarial e Representações Ltda. em atenção ao item “IV-a” da Decisão nº 5.583/10, destaco que o prejuízo de



R\$ 434.179,90 (valor atualizado para 2012) deverá ser imputado, solidariamente, à referida firma.

Assim, em concordância com a equipe da força-tarefa e com a área instrutiva, com os acréscimos e ajustes que faço, VOTO no sentido de que este egrégio Plenário:

- I. tome conhecimento:
 - a) das alegações de defesa juntadas aos autos, em atenção ao item “IV-a” da Decisão nº 5.583/10, pela empresa Adler Assessoramento Empresarial e Representações Ltda. (fls. 190/207);
 - b) das razões de justificativa e alegações de defesa juntadas aos autos, em atenção aos itens “III-b” e “IV-a” da Decisão nº 5.583/10, pelos Srs. Renato Ricardo Alves (fls. 291/304) e Sávio Tolêdo Cavallari (fls. 352/361);
 - c) das razões de justificativa e alegações de defesa juntadas aos autos, em face dos itens “III-a”, “III-b” e “IV-a” da Decisão nº 5.583/10, pela Sra. Sueli Aparecida de Almeida Casella (fls. 437/465);
 - d) das razões de justificativa juntadas aos autos, em face do item “III-a” da Decisão nº 5.583/10, pelos Srs. Antônio Temóteo dos Anjos Sobrinho (fls. 521/550), Raimundo da Silva Ribeiro Neto (fls. 562/591) e Paulo César Chagas (fls. 01/81 do Anexo XI);
 - e) da Informação nº 51/2011-FT (fls. 716/799);
 - f) da Informação nº 12/2012 (fls. 813/827);
 - g) do Parecer nº 605/2012–DA (fls. 829/842);
 - h) dos demais documentos juntados aos autos;
- II. exclua o Sr. Jair Cândido da Silva do rol de responsáveis pelo descumprimento do art. 161 do Regimento Interno da Sejus/DF, tornando sem efeito a sua audiência, nos termos do item “III-a” da Decisão nº 5.583/10;
- III. considere:
 - a) procedentes as razões de justificativa apresentadas por:
 1. Antônio Temóteo dos Anjos Sobrinho, Paulo César Chagas, Sueli Aparecida de Almeida Casella e Raimundo da Silva Ribeiro Neto, em virtude do item “III-a” da Decisão nº 5.583/10;
 2. Sueli Aparecida de Almeida Casella, Sávio Tolêdo Cavallari e Renato Ricardo Alves, em face do item “III-b” da Decisão nº 5.583/10;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

e-DOC F1B01A41

Fl.: 933

Proc.:42964/09

Rubrica

- b) procedentes as alegações de defesa apresentadas por Sueli Aparecida de Almeida Casella, Sávio Tolêdo Cavallari e Renato Ricardo Alves, em face do item “IV-a” da Decisão nº 5.583/10;
- c) improcedentes as alegações de defesa apresentadas pela empresa Adler Assessoramento Empresarial e Representações Ltda., em face do item “IV-a” da Decisão nº 5.583/10;
- IV. nos termos do art. 13, § 3º, da Lei Complementar nº 01/94, considere revel, para todos os efeitos, o Sr. Luiz Cláudio Freire de Souza França, em face de não ter atendido às audiências determinadas pela Decisão nº 5.583/10, itens “III-a” e “III-b”, bem como à citação determinada pelo item “IV-a”;
- V. em decorrência do item IV:
 - a) aplique ao responsável indicado no item IV, as seguintes penalidades:
 - 1. multa, nos termos do art. 57, incisos II, III e IV, da Lei Complementar nº 01/94;
 - 2. inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração do Distrito Federal, nos termos do art. 60 da Lei Complementar nº 01/94;
 - b) determine, nos termos do art. 13, § 1º, da Lei Complementar nº 01/94, a cientificação do responsável indicado no item IV e do representante legal da empresa indicada no item “III-c” para, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, recolherem, solidariamente, aos cofres distritais, o débito de R\$ 488.995,70, apurado para o exercício de 2012, sob pena de as presentes contas serem julgadas irregulares, nos termos do art. 17, inciso III, alínea “d”, da citada norma;
- VI. aprove, expeça e mande publicar o Acórdão que submeto ao Plenário;
- VII. determine à Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal – Sejus/DF que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe a esta Corte de Contas o resultado a que chegaram as comissões instituídas pelas Portarias nºs 03, de 08.01.08, e 141, de 21.06.10;
- VIII. autorize:
 - a) o envio de cópia da decisão que vier a ser prolatada:
 - 1. aos nominados interessados;
 - 2. à Secretaria de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal – STC/DF, tendo em conta o sumiço de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

[e-DOC F1B01A41](#)

Fl.: 933

Proc.:42964/09

Rubrica

peças do Processo nº 400.000.599/07, noticiado pelos justificantes/defendentes, para adoção de eventuais providências;

b) o retorno dos autos à Secont/TCDF, para adoção das providências pertinentes.

Sala das Sessões, 06 de setembro de 2012.

INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Conselheiro-Relator



ACÓRDÃO Nº 12012

Ementa: Relatório de Auditoria nº 11/10. Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal – Sejus/DF. Verificação da regularidade dos atos administrativos relacionados aos pagamentos efetuados à empresa Adler Assessoramento Empresarial e Representações Ltda., no período de jan/07 a jan/10, constantes dos Processos nºs 400.000.599/07, 400.001.529/09 e 400.000.398/09, relativos aos serviços de Locação e Manutenção de Rede Elétrica e Lógica vinculados ao Serviço de Atendimento Imediato ao Cidadão – Programa Na Hora. Constatação de irregularidades. Audiência dos responsáveis. Revelia. Aplicação de multa, nos termos do art. 57, incisos II, III e IV, da Lei Complementar nº 01/94, e de pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração do Distrito Federal, nos termos do art. 60 da LC nº 01/94.

Processo nº 42.964/09 (04 volumes e 14 anexos).

Nome/Função: Luiz Cláudio Freire de Souza França (Diretor-Geral do Serviço de Atendimento Imediato ao Cidadão – Na Hora, de 24.05.07 a 24.02.10).

Órgão: Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal – Sejus/DF.

Relator: Conselheiro Inácio Magalhães Filho.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas do TCDF.

Síntese das irregularidades apuradas:

- sob a pena do art. 57, inciso II, da LC nº 01/94:
 - prestação dos serviços examinados sem a devida cobertura contratual, durante um período de aproximadamente um ano e meio, de jan/07 a jul/08 (item 2.1.1.2 do Achado de Auditoria nº 1);
 - não observância aos comandos legais presentes na Lei nº 4.320/64, no que diz respeito à etapa da liquidação da despesa, em especial o item III, art. 2º, art. 63, não existindo nos processos examinados quaisquer documentos (ex. Ordens de Serviço) indicando o momento da entrada e saída dos bens locados nas unidades do Na Hora, nem tampouco as manutenções realizadas nestes equipamentos, em razão de possíveis defeitos ou problemas ocorridos;
 - não observância ao princípio básico de segregação de funções, em virtude da concentração do atesto e reconhecimento de serviços prestados em seis localidades diferentes por um único servidor;
 - emissão de atestos das notas fiscais muito tempo após a suposta execução dos serviços, dificultando a conferência física e as condições de funcionamento e de manutenção dos equipamentos;
 - admissão de proposta de preços oriunda da empresa Vertax, antiga Conecta, signatária do Contrato nº 14/06 (último ajuste oficial relativo aos equipamentos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

e-DOC F1B01A41

Fl.: 933

Proc.:42964/09

Rubrica

locados no período do 2º semestre/06), conforme relatado nos itens 2.1.1 – Achado de Auditoria nº 1 e 2.2.2 – Achado de Auditoria nº 3, colocando sob séria suspeita a idoneidade dos processos de reconhecimento de dívidas examinados;

- sob a pena do art. 57, inciso III, da LC nº 1/94:
 - pagamento dos valores reclamados pela empresa Adler referentes aos demonstrativos (1) de fls. 184/188 – Anexo II (Nota Fiscal (NF) nº 3138 - Manutenção Adaptativa de Rede Elétrica e Lógica no NA HORA Sobradinho – R\$ 208.537,83), (2) de fls. 204/212 – Anexo II (NF nº 3137 - Manutenção Adaptativa de Rede Elétrica e Lógica no Na Hora Ceasa – R\$ 486.191,81) e (3) de fl. 151 – Anexo II (NF nº 3152 - Adaptação de Rede Rod. – R\$ 248.553,95), totalizando R\$ 943.283,59, sem haver a justificativa de preços nos termos preconizados pelo inciso III, § único, art. 26 da Lei 8.666/93, indicando claro ato de gestão antieconômico praticado contra o erário distrital;
- sob a pena do art. 57, incisos III e IV, da LC nº 01/94:
 - ausência de estudos técnicos que demonstrassem ser a locação mais vantajosa que a aquisição, configurando a prática de ato de gestão antieconômico e desobedecendo o item II da Decisão Plenária nº 2517/02;

Valor da multa aplicada: R\$ 23.396,00 (vinte e três mil, trezentos e noventa e seis reais).

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando as conclusões da unidade instrutiva e do Ministério Público junto a esta Corte, **acordam** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Distrito Federal, nos termos do voto proferido pelo Relator, em:

I) aplicar ao responsável a **multa** acima indicada de que trata os incisos II, III e IV do art. 57 da Lei Complementar DF nº 01/94, fixada nos termos do art. 182, incisos I, II e V, do Regimento Interno do TCDF, respectivamente;

II) fixar o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da correspondente notificação, para que o responsável **comprove**, perante o Tribunal, o **recolhimento** aos cofres distritais (art. 186 do RI/TCDF) da quantia relativa à multa aplicada, atualizada monetariamente até a data do efetivo recolhimento, caso este ocorra após o prazo fixado (art. 59 da Lei Complementar DF nº 01/94);

III) inabilitar, por um período de 5 (cinco) anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração do Distrito Federal, nos termos do art. 60 da LC nº 01/94;

IV) determinar a adoção das providências cabíveis, nos termos do art. 29 da Lei Complementar DF nº 01/94, caso não atendida a notificação.

Ata da Sessão Ordinária nº , de de 2012.

Presentes os Conselheiros .

Ausentes os Conselheiros .

Decisão tomada por maioria/unanimidade.

Representante do MP presente: .

MARLI VINHADELI

Presidente

INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Conselheiro-Relator

Fui presente:

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCDF